

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A.

CNPJ 01.704.513/0001-46



Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia") relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas, relatório dos auditores e dos atuários independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015, e alterações posteriores. **1. Conjuntura econômica:** Os efeitos da pandemia da COVID-19 continuaram sendo notados na economia global em 2021, moldando assim o cenário prospectivo para o crescimento econômico. O avanço dos programas de vacinação da população mundial permitiu um maior controle sobre a pandemia, ampliando a mobilidade e redução das medidas de isolamento social. Com isso, a retomada da economia global se mostrou vigorosa, com países avançados – EUA, Zona do Euro, Inglaterra e China – mostrando recuperação em suas taxas de crescimento. As projeções para o PIB mundial apontam para expansão em torno de 6% para 2021. A economia brasileira iniciou 2021 com uma melhor atividade econômica, mesmo em meio a uma segunda onda da pandemia e do fim do suporte emergencial concedido pelo governo em 2020. A adaptação dos consumidores às novas condições sociais resultou em um melhor desempenho do consumo e serviços e uma atividade industrial mais dinâmica. A alta das cotações internacionais das commodities também favoreceu o aumento dos investimentos no agronegócio e a expansão das exportações. Ao longo do segundo semestre, no entanto, foram observados sucessivos choques de oferta que, combinados à alta desvalorização da moeda brasileira, levaram a uma inflação acumulada próxima a 10%, acima da meta anual. O Banco Central passou a praticar uma política monetária contracionista, visando retornar o controle sobre a dinâmica inflacionária. A SELIC subiu de 2% no início de 2021 para 9,25% em dezembro, resultando em forte elevação da taxa real de juros, contribuindo para a desaceleração da atividade ao longo da segunda metade do ano. Ainda assim, as projeções mostram crescimento próximo a 4,5% para o PIB em 2021, recuperação ante a queda do ano anterior. A economia brasileira aos poucos retorna aos níveis de pré-pandemia, acompanhando, principalmente, o controle da pandemia com o avanço da vacinação, que já imunizou cerca de 70% da população, ainda que se observem incertezas decorrentes do surgimento de novas variantes do coronavírus. Por outro lado, mesmo que a pandemia continue representando riscos à economia mundial, o sucesso do programa de vacinação brasileiro alimenta expectativas mais otimistas para 2022, criando um ambiente para reativação da atividade econômica, impulsionando a confiança de empresários e consumidores, necessários para a retomada do crescimento da economia brasileira.

2. Principais informações financeiras:

(R\$ milhões)	2021	2020	Δ
Prêmios emitidos	556,0	516,1	7,7%
Variações das provisões técnicas de prêmios	-7,8	-43,4	82,0%
Prêmios ganhos	562,6	486,7	15,6%
Sinistros ocorridos	-467,9	-296,3	-57,9%
Resultado com operações de resseguro	12,6	19,5	-35,3%
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL	69,7	61,6	13,2%
Variações de outras provisões técnicas	-182,7	-79,0	-131,2%
Resultado financeiro	60,0	40,8	47,3%
Resultado antes dos impostos e participações	-262,4	-53,4	-391,5%
Prejuízo do exercício	-159,4	-16,2	-886,3%

3. Comentário sobre o desempenho: Em 2021, a receita com prêmios ganhos totalizou R\$562,6 milhões, alta de 15,6% em relação ao ano anterior, em função, principalmente, do aumento de prêmios emitidos no período. Os sinistros ocorridos somaram R\$467,9 milhões, 57,9% acima do registrado em 2020, reflexo, principalmente, da cobertura de sinistros vinculados à morte por COVID-19, incluída voluntariamente pela Companhia desde o início da pandemia. As receitas de contribuições e prêmios de VGBL totalizaram R\$69,7 milhões, aumento de 13,2% na comparação com 2020. A rubrica de variações de outras provisões técnicas foi impactada negativamente em função da constituição de Provisão Complementar de Cobertura no ano, que não ocorreu em 2020. O resultado financeiro somou R\$60,0 milhões no ano, aumento de 47,3% em relação a 2020. Em 2021, a Companhia registrou prejuízo de R\$159,4 milhões, frente a R\$16,2 milhões registrado no ano anterior. **4. Investimentos:** A Companhia não possui investimentos diretos ou indiretos em sociedades coligadas e controladas. **5. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":** A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários na categoria "mantidos até o vencimento" para os quais possui intenção e capacidade para manter até a data do respectivo vencimento. **6. Acordo de acionistas:** A Companhia não é parte em acordos de acionistas.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2022.

A ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)	Notas	2021	2020
Prêmios emitidos	–	556.024	516.134
Contribuição para cobertura de riscos	–	14.362	13.926
Variações das provisões técnicas de prêmios	–	(7.827)	(43.371)
Prêmios ganhos	21.1	562.559	486.689
Sinistros ocorridos	21.2	(467.914)	(296.282)
Custos de aquisição	21.3	(159.701)	(129.955)
Outras receitas e despesas operacionais	21.4	(47.435)	(40.189)
Resultado com operações de resseguro	21.5	12.632	19.533
Receita com resseguro	–	28.867	29.065
Despesa com resseguro	–	(16.237)	(9.532)
(+/-) Outros resultados com resseguro	–	2	–
Rendas de contribuições e prêmios	21.6	718.072	829.119
Constituição da provisão de benefícios a conceder	21.6	(648.356)	(767.554)
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL	21.6	69.716	61.565
Rendas com taxas de gestão e outras taxas	–	68.550	63.203
Variações de outras provisões técnicas	21.7	(182.674)	(79.001)
Custos de aquisição	–	(29.639)	(27.548)
Outras receitas e despesas operacionais	–	(7.145)	(8.561)
Resultado com operações de resseguro	21.5	(416)	(438)
Despesa com resseguro	–	(416)	(438)
Despesas administrativas	21.8	(126.778)	(130.037)
Despesas com tributos	–	(14.247)	(16.899)
Resultado financeiro	21.9	60.025	40.759
Resultado patrimonial	–	78	118
Resultado operacional	–	(262.389)	(57.043)
Ganhos e perdas com ativos não correntes	–	–	3.662
Resultado antes dos impostos e participações	–	(262.389)	(53.381)
Imposto de renda	21.10	67.976	26.391
Contribuição social	21.10	40.790	15.878
Participações sobre o resultado	–	(5.730)	(5.044)
Prejuízo do exercício	(159.353)	(16.156)	
Quantidade de ações	–	101.194.810	53.573.817
Prejuízo por ação em R\$	–	(1,57)	(0,35)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais)	Notas	2021	2020
Prejuízo do exercício	–	(159.353)	(16.156)
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Ganhos/(perdas) atuariais, líquidas de ganhos, não realizadas com plano de pensão de benefício definido	22	422	–
Efeitos fiscais	22	(169)	–
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:			
Ganhos/(perdas) não realizados com ativos financeiros disponíveis para venda	22	(59.592)	(417)
Efeitos fiscais	22	23.837	167
Componentes do resultado abrangente	(35.502)	(250)	
Resultado abrangente do exercício	(194.855)	(16.406)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais)	2021	2020
Atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(159.353)	(16.156)
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	7.929	1.174
Outros ajustes	6.340	(4.126)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	84.499	(1.576.101)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(29.682)	(6.008)
Créditos das operações de previdência complementar	891	4.145
Ativos de resseguro	(680)	(7.938)
Créditos fiscais e previdenciários	(136.193)	(44.816)
Depósitos judiciais e fiscais	22.972	3.679
Despesas antecipadas	172	(1.236)
Custos de aquisição diferidos	5.732	(1.571)
Outros ativos	(8.350)	3.710
Outras contas a pagar	(2.880)	(2.582)
Débitos de operações com seguros e resseguros	23.435	(9.702)
Débitos de operações com previdência complementar	11.824	1.310
Depósitos de terceiros	(32.502)	33.389
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(356.125)	932.640
Provisões técnicas - previdência complementar	223.336	488.596
Provisões judiciais	(7.016)	(769)
Caixa consumido pelas operações	(345.651)	(218.362)
Juros pagos	(585)	–
Imposto sobre o lucro pagos	–	(15.586)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(346.236)	(233.948)
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Investimentos	–	4.000
Imobilizado	–	4
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(1.085)	(161)
Intangível	(29.185)	(10.810)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(30.270)	(6.967)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	380.000	270.800
Distribuição de dividendos	–	(15.000)
Outros	(2.292)	–
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	377.708	255.800
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.202	14.885
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.873	1.988
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18.075	16.873

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais)	Notas	2021	2020
Ativo			
Ativo circulante		9.676.486	9.843.210
Disponível	–	18.075	16.873
Caixa e bancos	–	18.075	16.873
Aplicações	6	9.439.705	9.643.112
Créditos das operações com seguros e resseguros		142.995	113.656
Prêmios a receber	7	133.599	107.071
Operações com seguradoras	–	27	4
Operações com resseguradoras	8.1	9.369	6.581
Créditos das operações com previdência complementar		2.682	3.573
Créditos de resseguro	–	–	822
Valores a receber	–	2.682	2.751
Ativos de resseguro e retrocessão	8.2	14.792	15.174
Títulos e créditos a receber	–	19.510	13.239
Títulos e créditos a receber	–	17.201	10.912
Créditos tributários e previdenciários	9.1	290	1.566
Assistência financeira a participantes	–	1.216	484
Outros créditos	–	803	277
Despesas antecipadas	–	1.252	1.424
Custos de aquisição diferidos	10	37.475	36.159
Seguros	–	33.921	32.378
Previdência	–	3.554	3.781
Ativo não circulante		926.925	726.183
Realizável a longo prazo	–	886.300	706.190
Aplicações	6	363.903	304.589
Créditos das operações com seguros e resseguros		3.040	2.697
Prêmios a receber	7	445	406
Operações com resseguradoras	8.1	2.595	2.291
Ativos de resseguro e retrocessão	8.2	6.233	5.171
Títulos e créditos a receber	–	470.986	353.131
Créditos tributários e previdenciários	9.1	256.478	118.931
Depósitos judiciais e fiscais	19.1	211.782	232.277
Assistência financeira a participantes	–	1.199	540
Outros créditos operacionais	18.1	1.527	1.383
Outros valores e bens	–	8.584	–
Custos de aquisição diferidos	10	33.554	40.602
Seguros	–	30.206	37.295
Previdência	–	3.348	3.307
Imobilizado	–	1.853	934
Bens móveis	–	1.368	451
Outras imobilizações	–	485	483
Intangível	12	38.772	19.059
Outros intangíveis	–	38.772	19.059
Total do ativo		10.603.411	10.569.393
Passivo		2.411.963	2.354.660
Passivo circulante		36.949	33.824
Contas a pagar	–	36.949	33.824
Obrigações a pagar	13.1	8.959	8.858
Impostos e encargos sociais a recolher	–	7.271	6.110
Encargos trabalhistas	–	5.561	3.624
Impostos e contribuições	–	4.034	1.325
Outras contas a pagar	13.2	11.124	13.907
Débitos de operações com seguros e resseguros		77.354	53.926
Prêmios a restituir	–	321	539
Operações com seguradoras	–	768	768
Operações com resseguradoras	8.1	11.301	7.466
Corretores de seguros e resseguros	14	24.885	23.773
Outros débitos operacionais	–	40.079	21.380
Débitos de operações com previdência complementar		18.646	6.822
Débitos de resseguros	–	355	317
Outros débitos operacionais	–	18.291	6.505
Depósitos de terceiros	15	18.229	50.731
Provisões técnicas - seguros		1.095.362	1.109.833
Danos	16.1	1.870	1.808
Pessoas	16.1	263.786	211.282
Vida individual	16.1	80.891	63.118
Vida com cobertura de sobrevivência	16.1	748.815	833.625
Provisões técnicas - previdência complementar	16.2	1.154.978	1.092.619
Planos não bloqueados	–	488.191	396.492
PGBL/PRGP	–	666.787	696.127
Outros débitos	19.2	10.445	6.905
Provisões judiciais	–	7.848	6.826
Débitos diversos	–	2.597	79
Passivo não circulante		7.400.872	7.609.302
Contas a pagar	–	28.014	61.747
Obrigações a pagar	13.1	25.536	58.919
Outras contas a pagar	13.2	2.478	2.828
Débitos de operações com seguros e resseguros		73	66
Corretores de seguros e resseguros	14	73	66
Provisões técnicas - seguros		3.136.131	3.477.785
Pessoas	16.1	149.600	159.561
Vida individual	16.1	11.278	8.895
Vida com cobertura de sobrevivência	16.1	2.975.253	3.309.329
Provisões técnicas - previdência complementar	16.2	4.106.085	3.945.108
Planos não bloqueados	–	1.425.859	1.152.791
PGBL/PRGP	–	2.680.226	2.792.317
Outros débitos	19.2	124.242	124.596
Provisões judiciais	–	6.327	–
Débitos diversos	–	790.576	605.431
Patrimônio Líquido		828.351	367.551
Capital social	20.1	828.351	367.551
Aumento de capital em aprovação	–	50.000	130.800
Reservas de lucros	–	–	101.270
Ajustes de avaliação patrimonial	–	(29.692)	5.810
Prejuízos acumulados	–	(58.083)	–
Total do passivo		10.603.411	10.569.393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de valores mobiliários	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 01/01/2020	227.551							

continuação

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A **SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Larrali, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beatriz Lragogiti Lucas, nº 121 parte, no bairro Cidade Nova, autorizada a operar em todo o território nacional pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) com seguros de pessoas e planos de previdência privada aberta e que tem como acionista, a Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA. SAUDE) que detém 100% de participação. A Sul América S.A. (SASA), controladora indireta da Companhia, tem como principal acionista a Sulasapar Participações S.A. (SULASAPAR), com 52,32% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 26,79% de participação total. A SASA é uma companhia de capital aberto e publicou, em 24/02/2022, no jornal Valor Econômico, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas resumidas e no site deste mesmo jornal suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas relativas ao exercício findo em 31/12/2021, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Nessas demonstrações financeiras, o termo "SulAmérica" é usado para tratar o conjunto de empresas formado pela SASA e suas controladas.

1.1. Análise de impactos trazidos pela COVID-19: Em 2021, continuamos observando os impactos da pandemia no Brasil, e percebemos que com a redução nas taxas de ocupação dos leitos nos hospitais no quarto trimestre de 2021, em conjunto com o avanço na vacinação da população, tornou-se possível para Companhia a reabertura de algumas filiais e a retomada gradual das atividades presenciais das áreas comerciais e relacionamento, assim como da área de negócios de gestão de investimentos de terceiros. Além disso, a reabertura dos demais escritórios (sede e filiais) ocorreu a partir de 03/01/2022. O retorno de todas as equipes às atividades presenciais/híbridas se dará ao longo de 2022, por ondas, considerando: (1) um modelo de trabalho híbrido (combinando o presencial e o remoto), que visa maximizar eficiência operacional e engajamento dos colaboradores; e (2) retração ou evolução dos casos de COVID-19 nas regiões onde atuamos presencialmente. Destacamos que durante o exercício de 2021, a Companhia permaneceu com todos os processos operacionais em pleno funcionamento e sem quaisquer impactos para clientes, corretores, prestadores de serviços e investidores. A Companhia segue mantendo o monitoramento tempestivo de sua liquidez e solvência e adotando medidas para garantir sua manutenção em níveis adequados. Entre tais medidas está a manutenção do rígido controle de desembolsos financeiros (custos, despesas e investimentos), preservando os investimentos programados pela Companhia em suas operações e que sejam considerados prioritários neste atual ambiente. Em 2021, a unidade de negócios de Vida e Previdência apresentou crescimento de 6,1% nos prêmios emitidos na carteira de Vida em comparação ao exercício anterior (R\$550,9 milhões em 2021 x R\$519,4 milhões em 2020), influenciado pelo aumento de 362,9% nas emissões do Seguro Viagem devido à retomada gradual das viagens tanto nacionais quanto internacionais, e também pelo crescimento de 14,3% nos demais produtos de Vida no quarto trimestre de 2021. O impacto total de sinistros reconhecidos no resultado de 2021 no segmento de Vida, potencialmente vinculados à morte por COVID-19 foi de R\$157,5 milhões representando 29,1 p.p. na sinistralidade do ano. Em 2020 o valor foi de R\$29,3 milhões, com impacto de 6,2 p.p. na sinistralidade do exercício anterior. Em relação à quantidade de sinistros vinculados à morte por COVID-19, em 2021 foram regulados 3.029, contra 861 em 2020, que representa um aumento de 252%. Desde o início da pandemia até dezembro/2021, foram regulados 3.890 sinistros vinculados à COVID-19, totalizando uma despesa acumulada de sinistro de R\$186,8 milhões. A Companhia continua a acreditar na força e resiliência do seu modelo de negócio e na eficiência de seus processos, e como uma empresa especializada em gestão de risco, a Companhia, em parceria constante com sua rede de prestadores, vem usando toda a sua experiência para minimizar possíveis impactos e continuar cuidando das pessoas com a mesma qualidade pela qual é reconhecida. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015, e alterações posteriores. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 22/02/2022. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros derivativos (nota 5); • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 6); e • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 6). 2.3. Moeda funcional e de apresentação: Nas demonstrações, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. 3. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. 3.1. Resumo das práticas contábeis: As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Prêmios de seguros e coberturas de risco de previdência reconhecidos pelo período de vigência das apólices. Prêmios de seguros, relativos a riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas, reconhecidos com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica do atraso de emissão; • Contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) reconhecidas quando ocorre o efetivo recebimento. Os direitos dos participantes dos referidos planos estão refletidos mediante constituição de provisões técnicas em contrapartida no resultado do período; • Comissões de seguro e agenciamentos de seguros, registrados como custos de aquisição diferidos amortizados com base no prazo de vigência dos contratos de seguros (majoritariamente 12 meses) exceto os agenciamentos referentes aos produtos de previdência que são amortizados pelo prazo médio de permanência dos segurados na carteira (40 meses). Comissões relativas a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são estimadas com base em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica. Esses custos de aquisição são inicialmente diferidos na rubrica "Custos de aquisição diferidos" no ativo circulante e não circulante e amortizados no resultado do período na rubrica "Custos de aquisição"; e • Sinistros compreendendo as indenizações e despesas estimadas a incorrer com a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente aloáveis individualmente (Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE), quanto outras despesas relacionadas, mas não diretamente aloáveis (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE). **3.1.2. Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente; • Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. 3.2. Instrumentos financeiros: Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: **3.2.1. Mensurado ao valor justo por meio do resultado: Títulos e valores mobiliários:** Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia. **Derivativos:** São classificados no ativo circulante em "Títulos e créditos a receber" ou no passivo circulante em "Outras contas a pagar". **3.2.2. Disponíveis para a venda:** Títulos e valores mobiliários que não se enquadraram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis" são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.2.3. Mantidos até o vencimento:** Títulos e valores mobiliários que a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, que são reconhecidos no resultado. **3.2.4. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. 3.3. Depósitos judiciais e fiscais: Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidas no resultado. 3.4. Redução ao valor recuperável: **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo, se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. **Ativos não financeiros:** Os saldos contábeis dos ativos não financeiros, incluindo ágio ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. 3.5. Intangíveis: **3.5.1. Intangíveis de vida útil definida:** Os ativos intangíveis com vida útil definida são registrados inicialmente pelo custo. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da sua vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil definida. O período e o método de amortização para os ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de

estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na rubrica "Despesas administrativas"; no resultado. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil residual do ativo, líquido da perda ao valor recuperável, sendo reconhecidos no resultado patrimonial, no momento da baixa do ativo. 3.6. Arrendamento: Os ativos de direito de uso são reconhecidos inicialmente na rubrica "Outros valores e bens" no ativo não circulante, em contrapartida a um passivo de arrendamento representado pelas obrigações totais a pagar do contrato, descontadas a valor presente, reconhecidas na rubrica "Débitos diversos" no circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de liquidação das obrigações. Adicionalmente, o resultado do exercício é impactado de forma linear, pela depreciação dos ativos de arrendamento de acordo com vigência dos contratos, reconhecidos nas despesas administrativas, e pela atualização das obrigações a pagar com os juros incorridos nos períodos divulgados, reconhecidas no resultado financeiro. Os arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor podem ser reconhecidos diretamente no resultado, conforme isenções permitidas no CPC06 (R2). 3.7. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras, levando-se em consideração o período em que ocorrerá a realização dos alíquotas créditos tributários na eventualidade de alterações nas alíquotas nominais dos tributos incidentes sobre a renda. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 9 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançado pela mesma autoridade tributária. 3.8. Provisões técnicas de contratos de seguros, resseguros e previdência: As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela SUSEP conforme a seguir: **3.8.1. Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG):** Para os contratos de cobertura de risco de previdência e seguros de pessoas, a PPNG é constituída pelo método pro rata die, tendo como base os prêmios ou contribuições comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco. **3.8.2. Provisão para Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE):** Para os contratos de cobertura de risco de previdência e seguros de pessoas, a PPNG-RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos, relativa às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. É obtida a partir da multiplicação do prêmio mensal retido pelo fator esperado de atraso calculado trimestralmente com base na média ponderada histórica entre a PPNG referente aos riscos emitidos após o início de vigência e o prêmio retido. **3.8.3. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):** Processos administrativos: A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data-base das demonstrações financeiras, compreendendo o valor dos sinistros avisados. Após calculada a PSL em bases individuais, por sinistro avisado, é registrado o valor adicional calculado com base na estimativa total de sinistros, metodologia conhecida como IBNP (Incurred But Not Paid). Depois de apurado, o valor do ajuste é classificado proporcionalmente, parte como PSL e parte como Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (Incurred But Not Reported - IBNR). O IBNR é calculado conforme descrito na nota 3.8.4. **Processos judiciais:** As provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração, considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais de massa, a provisão de sinistros a liquidar leva em consideração fatores calculados por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. Para os processos judiciais de características singulares e relevantes, a PSL Judicial corresponde a 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais de perda para os casos com probabilidade de perda provável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e juros de 10,79% ao ano (10,71% em 2020), baseado no histórico de pagamentos de juros observados. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza cível relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica "Provisões técnicas - seguros", no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, e podem ser atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) ou pela Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente. **3.8.4. Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR):** Processos administrativos: A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras. Para o ramo de seguro de pessoas, exceto para os contratos de seguros de vida individual por regime de capitalização e benefícios de risco de previdência complementar, é constituída com base na estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não avisados. A IBNR é calculada a partir de métodos estatístico-atuariais conhecidos como triângulos de run-off, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. O desenvolvimento é apurado por montante de sinistros, sendo observado um histórico de 140 meses. O montante calculado, é registrado um valor adicional, podendo ser positivo ou negativo, referente à estimativa de desenvolvimento dos sinistros após o aviso com base na metodologia conhecida como IBNP, que considera a estimativa total de sinistros obtida por métodos estatístico-atuariais similares ao IBNR. Para os contratos de seguros de vida individual por regime de capitalização e para benefícios de risco de previdência complementar, a IBNR é calculada por um percentual de atraso médio entre a ocorrência e o aviso dos sinistros. **Processos judiciais:** A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros ocorridos e ainda não citados que, com base na experiência histórica, geram desembolsos financeiros na esfera judicial. A provisão independe do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico pelas controladas, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurado ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização junto à Companhia. Para os ramos de pessoas a provisão de IBNR judicial é calculada com base no método conhecido como triângulos de run-off, considerando o desenvolvimento semestral histórico das citações dos sinistros judiciais para estabelecer uma projeção futura para cada período de ocorrência. Tal desenvolvimento é realizado por quantidade de sinistros, sendo posteriormente multiplicado pelo valor médio de sinistro. **3.8.5. Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC):** A PMBAC é relativa aos contratos de previdência complementar, seguros de vida com cobertura por sobrevivência e de seguros de vida individual no regime de capitalização, abrangendo os compromissos assumidos com os participantes/segurados enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício. A PMBAC é calculada com base nas movimentações financeiras de cada participante. A alocação contábil no passivo circulante e não circulante tem como base o fluxo de caixa projetado de benefícios a pagar para os próximos exercícios, que considera premissas atuariais, tais como tábua de sobrevivência, taxas de cancelamento e idade de entrada em aposentadoria ou baseado na experiência histórica observada nos últimos anos para as baixas das reservas. **3.8.6. Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBCC):** A PMBCC é relativa aos contratos de previdência complementar e seguros de vida com cobertura por sobrevivência e corresponde ao valor dos benefícios cujo evento gerador tenha ocorrido e tenha sido avisado. A alocação contábil do passivo circulante tem como base a projeção de benefícios a pagar para até 12 meses, sendo o restante considerado não circulante, calculada com base na expectativa de benefícios futuros, descontada pela taxa de juros dos contratos para a data-base das demonstrações financeiras e estimada a partir das garantias contratadas de tábua de sobrevivência. **3.8.7. Provisão para Despesas Relacionadas (PDR):** A PDR é constituída mensalmente para a cobertura de despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro (ALAE) quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada (ULAE). A ULAE refere-se a despesas relativas à gestão da regulação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocados a cada sinistro individualmente. É apurada a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicada à quantidade de sinistros pendentes na PSL e na quantidade estimada de sinistros IBNR. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a PDR cobre despesas decorrentes de pagamento de benefícios futuros em função de eventos ocorridos e a ocorrer para os contratos de previdência complementar. O cálculo da PDR consiste em projetar o fluxo de pagamentos esperados, descontado para a data-base das demonstrações financeiras, incluindo premissas de persistência média dos participantes na carteira, utilização da tábua de sobrevivência BR-EMS e de entrada em fase de concessão de benefícios. Para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura, a PDR abrange as despesas relativas somente aos sinistros ocorridos, tendo em vista que a parcela referente aos sinistros a ocorrer já estão contempladas na PPNG. 3.9. Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test - LAT): A adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras é avaliada através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro. Os fluxos de caixa dos prêmios e contribuições futuras são segregados dos fluxos de caixa relacionados a prêmios e contribuições registradas, não havendo compensação, no resultado do teste, entre os dois fluxos. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente ligados às provisões técnicas. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação são consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa realista é trazido a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco. Para os contratos de previdência, a estimativa de sobrevivência utilizada é a tábua de sobrevivência BR-EMS e para as estimativas de conversão em renda vitalícia, cancelamento e resgate foram utilizados dados de até 5 anos de experiência da Companhia. Os fluxos dos passivos levam em consideração a tábua e a taxa de juros contratada pelo participante. Os produtos avaliados no LAT possuem tábuas contratuais AT-49, AT-93, AT 2000 e BR-EMS, e as taxas de juros contratadas podem variar de 0% a 6% para os produtos tradicionais e 0% a 5% para os produtos Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e Vida Gerador de Benefícios

Livres (VGBL). Os fluxos de caixa referentes à PMBAC e PMBC relacionados a contribuições registradas, são descontados a valor presente com base na ETTJ, e deduzidos da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos garantidores das provisões técnicas, classificados como mantidos até o vencimento (as taxas contratadas dos ativos garantidores referentes às provisões matemáticas de previdência variam de 3,27% a 8,68%). Destacamos ainda que eventuais déficits na PMBAC e PMBC não são compensados. O resultado do LAT demonstrou uma necessidade de constituição em 31 de dezembro de 2021, de Provisão Complementar de Cobertura (PCC) de R\$95.035. Em 2020 não houve necessidade de constituição de PCC. Alguns contratos de seguro de vida com a figura de estipulante e sem reequadramento de prêmios por faixa etária atingida, para fins de apuração do LAT, são agrupados com os contratos de seguro de pessoas e previdência, e por esse motivo não há necessidade de constituição da PCC. Para as demais operações de seguros e contratos de seguro de pessoas em regime de capitalização também é realizado o teste de adequação de passivos, que aponta a adequação das provisões e, portanto, não há necessidade de constituição da PCC. Como uma análise de sensibilidade, relacionada à premissa de taxa de desconto, se utilizada a ETTJ apurada pela SUSEP, o teste de adequação de passivos apontaria uma PCC em torno de R\$125.342. 3.10. Provisões para ações judiciais: A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia. **3.10.1. Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro. Caso o processo judicial cível seja classificado como especial, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Especiais da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, sendo mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Ressalta-se que, dada a individualidade e particularidade destas ações, não é possível basear as provisões nos valores já despendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como especiais em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais. Os processos cíveis são atualizados mensalmente pelo IPCA, com incidência de juros de 10,79% ao ano (10,71% em 2020). Já os processos trabalhistas são atualizados considerando o índice de correção monetária individualizado por processo, de acordo com as regras de modulação estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Neste caso, os processos podem ser atualizados apenas pela SELIC, ou pelos índices IPCA-E, INPC ou pelo TR, com incidência de juros de 10,79% ao ano (10,71% em 2020). Os processos previdenciários, por sua vez, são atualizados apenas pela SELIC. As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível, não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante em rubrica própria e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e pela taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. **3.10.2. Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas com tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, que estejam sendo discutidas na esfera judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente, conforme disposto pela legislação de regência do Tributo em disputa. Provisões são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. Nestes termos, provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado, sendo assim passível de reconhecimento contábil dentro das demonstrações contábeis, sob a rubrica "Provisões judiciais", no passivo circulante e não circulante. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são contabilizados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Obrigações a pagar", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados em rubrica própria, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente, mormente, com base na variação da taxa SELIC, em conformidade com a legislação vigente. **3.11. Benefícios pós-emprego:** Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do PGBL, seguro saúde e seguro de vida. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. **3.12. Incentivo em ações:** A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. Os planos são compostos por outorgas de opções bonificadas, onde o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da SASA, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. O valor justo do plano é mensurado pela Companhia com base na última cotação da ação da SASA antes da outorga. Os valores relacionados ao plano de incentivo em ações são contabilizados na rubrica "Despesas administrativas" com um correspondente lançamento na rubrica "Outras contas a pagar". Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos (vide nota 17.2). **3.13. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao apreciar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.14. Contratos de seguro:** O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um "contrato de seguro". A Administração analisou seus negócios para determinar quais de suas operações caracterizam-se como "contrato de seguro". Nessa análise foram considerados os preceitos contidos no CPC 11. **3.15. Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas aprovadas pela SUSEP, que incluem normas emitidas pelo CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, provisões técnicas, ao prazo de diferimento de certos custos de aquisição, à probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletido na provisão para ações judiciais, e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado e disponíveis para a venda (nota 6); • Movimentação de créditos e débitos tributários (nota 9.3); • Movimentação dos custos de aquisição diferidos (nota 10); • Provisão de Sinistros a Liquidar e IBNR (nota 15); e • Ações judiciais e obrigações fiscais (nota 19). **3.16. Ativos e passivos sem vencimento:** A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Entre as mais relevantes, as ações judiciais e depósitos judiciais têm a classificação determinada com base na evolução histórica de processos judiciais e os correspondentes depósitos judiciais que fazem ou fizeram parte da carteira de processos da Companhia. Para as provisões técnicas atuariais que não guardam relação com prazo de vencimento, a Companhia determina a segregação entre circulante e não circulante de acordo com a frequência histórica. No caso de contas como "Depósitos de terceiros", devido à natureza e ao giro da operação, a Companhia classifica todo o montante em circulante. **3.17. Normas e interpretações novas e revisadas:** **3.17.1. Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeitos ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras. • IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos financeiros - Em vigor a partir de 01/01/2018, com isenção opcional para entidades que emitem contratos de seguros (IFRS 4 / CPC 11). O referido pronunciamento ainda não foi aprovado pela SUSEP. **A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas aplicáveis às operações da Companhia que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2021.** • IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamento mercantil. A IFRS 16/CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). A norma entrou em vigor para as empresas reguladas pela SUSEP em 4 de janeiro de 2021. O modelo exige que os ativos de direito de uso sejam reconhecidos inicialmente na rubrica ativos de arrendamento, no ativo não circulante, em contrapartida a um passivo de arrendamento representado pelas obrigações totais a pagar do contrato, descontadas a valor presente, reconhecidas na rubrica contas a pagar circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de liquidação das obrigações. Adicionalmente, o resultado do exercício é impactado de forma linear, pela depreciação dos ativos de arrendamento de acordo com a vigência dos contratos, reconhecidos nas despesas administrativas, e pela atualização das obrigações a pagar com os juros incorridos nos períodos divulgados, reconhecidas no resultado financeiro. Os arrendamentos de curto prazo e

continua

continuação

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

Itens de baixo valor podem ser reconhecidos diretamente no resultado, conforme isenções previstas no CPC 06 (R2). Na transição para a aplicação da norma, a Companhia reavaliou todos os contratos para identificar arrendamentos com direito de uso dos ativos identificados conforme definição de contrato de arrendamento prevista na IFRS 16/CPC 06 (R2). A Companhia aplicou a norma em 4 de janeiro de 2021, usando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, sem atualização das informações comparativas. Em virtude de optarmos pela mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso com base nos pagamentos de arrendamento remanescentes ajustados a valor presente, utilizando a taxa de desconto incremental de captação sobre o passivo financeiro do arrendatário, previsto no respectivo CPC, não houve efeitos cumulativos reconhecidos como ajustes ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 4 de janeiro de 2021. Em 31/12/2021, o impacto mais significativo identificado refere-se ao reconhecimento de novos ativos e passivos por seu arrendamento operacional do aluguel do Rio de Janeiro e da Sede de São Paulo, registrado nas rubricas "Outros valores e bens" no ativo não circulante, e "Débitos diversos" no passivo circulante e não circulante, respectivamente. Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos da Companhia no âmbito de arrendamentos operacionais não canceláveis, descontados a valor presente, reconhecidos a partir de 04/01/2021, totalizavam R\$8.162. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2021 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia. Espera-se que as seguintes normas possam ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial: • IFRS 17 - Contratos de seguros - Em vigor a partir de 01/01/2023, em relação a essa norma a Administração está avaliando os impactos. A SU-SEP ainda não aprovou este normativo, portanto não há previsão de data de adoção de tal normativo pelas empresas reguladas por tal autarquia. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações. • Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao IAS 1) - Em vigor a partir de 01/01/2023; • Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16) - Em vigor a partir de 01/01/2022; • Contratos onerosos - Custo de cumprir um contrato (alterações ao IAS 37) - Em vigor a partir de 01/01/2022. O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como a SUSEP, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisionadas pela SUSEP. 4. **Gestão de riscos:** O processo de gestão de riscos (Enterprise Risk Management – ERM) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos avaliando seus controles e garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigentes. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de

riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas, descritas da seguinte forma: • **Identificação dos riscos e controles:** Processo de identificação, controle e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; • **Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; • **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigentes, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e • **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitoradas e gerenciadas através de indicadores e relatórios elaborados pela área de riscos corporativos, a qual os reporta às Unidades de Negócio, ao Comitê de Riscos (CoRI), Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade mínima pré-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos reguladores. Com o objetivo de complementar esta avaliação e de acordo com as melhores práticas de gestão de riscos, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para as suas principais linhas de negócio e categorias de riscos, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Conselho de Administração, que também tem como responsabilidade definir o Apetite a Riscos da Companhia. O Apetite a Riscos tem por objetivo criar fronteiras para assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. É papel do Comitê de Riscos e da Divisão de Riscos Corporativos, reportar ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, na periodicidade definida pelos mesmos, os resultados e desenvolvimentos do programa de Gestão de Riscos Corporativos. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A área de controles internos sob a responsabilidade do Gestor de Riscos da SulAmérica tem a função de realizar avaliações contínuas, através de testes de eficácia, para se certificar da pre-

sença e do funcionamento dos controles. O programa de gestão de riscos da SulAmérica está estruturado sob o conceito de linhas de atividades diretas na Gestão de Riscos, conforme melhores práticas internacionais, nomeado como Modelo das Três Linhas. Segundo o IIA (The Institute of Internal Auditors), o Modelo de Três Linhas ajuda as organizações a identificar estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha. Esta segunda gestão do risco (2ª linha) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo avaliações independentes e complementares sobre os riscos e controles gerenciados pela primeira linha. Após a atuação da primeira linha, o objetivo da segunda linha é identificar e quantificar os riscos, juntamente com seus respectivos controles, que poderão produzir desvios nos resultados dos negócios. Responsável também por estabelecer uma visão holística sobre o tema, devendo produzir alinhamento e integração entre as metodologias de gestão de riscos utilizadas em cada uma das operações da SulAmérica. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna das primeiras e segundas gestões dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha). Com a finalidade de multiplicar a cultura de ERM e atuar como pontos focais, foram selecionados colaboradores na primeira e na segunda linha, fortalecendo as agendas de treinamentos e campanhas de gestão de riscos na SulAmérica. O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos os quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos de subscrição, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. 4.1. **Concentração das operações:** Com presença em todo território nacional, a Companhia concentra seus negócios na região Sudeste, devido à localização do polo econômico do país. Em 31/12/2021, a Companhia registrou um total de receitas de prêmios emitidos e contribuição para cobertura de riscos de R\$1.288.458 (R\$1.359.179 em 2020). A tabela a seguir apresenta a distribuição regional destas receitas:

	2021						2020					
	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sul	Total	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sul	Total
Vida em grupo	67,36%	1,05%	7,87%	5,48%	18,24%	100,00%	69,11%	1,01%	8,04%	4,71%	17,13%	100,00%
Pessoas demais (a)	34,02%	0,74%	3,99%	14,64%	46,61%	100,00%	28,66%	0,53%	3,14%	24,39%	43,28%	100,00%
Previdência	72,60%	1,46%	11,48%	4,97%	9,49%	100,00%	72,24%	1,02%	11,27%	4,02%	11,45%	100,00%
Outros (b)	63,79%	1,59%	12,33%	3,95%	18,34%	100,00%	64,34%	1,41%	12,66%	3,74%	17,85%	100,00%

(a) Refere-se aos ramos conforme elencados na Circular SUSEP nº 395 de 3 de dezembro de 2009, que representam 17,08% (17,83% em 2020) do total de prêmios da Companhia; e (b) Refere-se aos ramos de seguro de vida individual e auxílio funeral.

de pessoas, antes e depois da contratação de resseguros. Foram aplicados choques de variação percentual de 5% nos sinistros, nas despesas administrativas e nos custos de comercialização.

	2021		2020	
	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro
Resultado antes dos impostos	13.175	23.495	13.382	23.495
Resultado após impostos	(13.175)	(23.495)	(13.382)	(23.495)

Premissas

Aumento de 5% na sinistralidade (a)	(21.958)	(13.175)	(23.495)	(14.097)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(4.449)	(2.669)	(4.449)	(2.669)
Aumento de 5% nos custos de comercialização	(8.405)	(5.043)	(8.405)	(5.043)
Redução de 5% na sinistralidade (a)	21.958	13.175	23.495	14.097
Redução de 5% nas despesas administrativas	4.449	2.669	4.449	2.669
Redução de 5% nos custos de comercialização	8.405	5.043	8.405	5.043

2020

	2020		2021	
	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro
Resultado antes dos impostos	13.382	23.495	13.175	23.495
Resultado após impostos	(13.382)	(23.495)	(13.175)	(23.495)

Premissas

Aumento de 5% na sinistralidade (a)	(13.382)	(8.029)	(14.457)	(8.674)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(4.267)	(2.560)	(4.267)	(2.560)
Aumento de 5% nos custos de comercialização	(7.086)	(4.251)	(7.086)	(4.251)
Redução de 5% na sinistralidade (a)	13.382	8.029	14.457	8.674
Redução de 5% nas despesas administrativas	4.267	2.560	4.267	2.560
Redução de 5% nos custos de comercialização	7.086	4.251	7.086	4.251

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total do montante apurado da base para o período em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução). Seus impactos são avaliados no valor do resultado realizado. (a) As variações de impactos devem-se, principalmente, pelo aumento de sinistros por morte de COVID-19 em 2021.

Análise de sensibilidade em Previdência: Diferente da análise de sensibilidade em pessoas, para os negócios de previdência a análise reflete o impacto nos fluxos dos passivos esperados e modificados de acordo com as premissas destacadas nas tabelas abaixo:

	2021		2020	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Premissas				
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(949)	(570)	(949)	(570)
Aumento de 5% nos resgates	(268)	(161)	(268)	(161)
Aumento de 5% na sobrevivência realista	(15.669)	(9.402)	(15.669)	(9.402)
Aumento de 5% na conversão em renda	(19)	(12)	(19)	(12)
Aumento de 5% no cancelamento	50	30	50	30
Aumento de 5% na taxa de juros	(7.153)	(4.292)	(7.153)	(4.292)
Redução de 5% nas despesas administrativas	949	569	949	569
Redução de 5% nos resgates	267	160	267	160
Redução de 5% na sobrevivência realista	14.961	8.976	14.961	8.976
Redução de 5% na conversão em renda	19	11	19	11
Redução de 5% no cancelamento	(50)	(30)	(50)	(30)
Redução de 5% na taxa de juros	(16.704)	(10.023)	(16.704)	(10.023)

• Administrativo:

Ano	R\$ milhões									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Provisão de sinistros contabilizada	103,27	106,35	96,20	90,43	84,93	91,21	101,00	107,71	119,02	159,03
Efeito do desconto financeiro	(4,72)	(4,37)	(3,77)	(3,78)	(4,63)	(3,45)	(3,73)	(3,89)	(5,71)	(5,00)
Provisão de sinistros sem desconto financeiro	107,99	110,72	99,97	94,21	89,56	94,65	104,73	111,60	124,73	164,03
Estimativa de sinistros acumulada:										
No final do ano	107,99	110,72	99,97	94,21	89,56	94,65	104,73	111,60	124,73	164,03
Um ano depois	141,50	105,50	90,69	90,49	86,17	95,13	111,23	111,06	125,77	-
Dois anos depois	145,50	107,11	93,70	85,74	82,46	98,15	117,32	112,91	-	-
Três anos depois	148,75	108,55	89,57	86,24	83,45	103,18	116,79	-	-	-
Quatro anos depois	150,27	105,45	91,90	86,02	86,66	103,04	-	-	-	-
Cinco anos depois	147,50	106,81	89,98	88,52	86,88	-	-	-	-	-
Seis anos depois	148,36	105,57	91,95	88,95	-	-	-	-	-	-
Sete anos depois	147,01	106,97	92,55	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos depois	147,78	107,68	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos depois	148,45	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa de sinistros atualizada até 31/12/2021	148,45	107,68	92,55	88,95	86,88	103,04	116,79	112,91	125,77	164,03
Pagamentos já realizados até 31/12/2021	146,71	104,88	89,03	84,66	81,61	96,04	106,93	96,71	93,84	-
Sinistros pendentes de pagamento em 31/12/2021	1,74	2,80	3,52	4,29	5,27	7,00	9,86	16,20	31,93	164,03

A evolução de sinistros administrativos não considera, em 31/12/2021, R\$0 milhões (R\$1,7 milhões em 2020) de ULAE, R\$0,2 milhões (R\$0,2 milhões em 2020) de sinistros de vida individual em regime de capitalização, R\$1,9 milhões (R\$1,8 milhões em 2020) de retrocessão e R\$2,4 milhões (R\$1,9 milhões em 2020) de provisões de sinistros relacionadas à previdência. Estes itens não são segregados por ocorrência e, portanto, não há como acompanhar a

evolução de sinistros judiciais representa os sinistros já conhecidos e pendentes de pagamento, por essa razão não considera, em 31/12/2021, R\$43,0 milhões (R\$37,7 milhões em 2020) de IBNR Judicial. Vale ressaltar que parte da evolução observada contempla correção monetária e juros da data de registro da provisão até a data-base dessas demonstrações financeiras. 4.3. **Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece e descreve as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deva contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Liquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Atuarial e Financeira, sendo monitorado pelo CoRI. Permanentemente, o Comitê de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódico. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (Value at Risk) e realizados Testes de Estresse (Stress Test) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do Apetite a Risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e do Teste de Estresse são revisados anualmente e

definidos conforme Apetite a Riscos da Companhia. Os resultados obtidos para o período de VaR e stress test podem ser observados na nota 6.3. A tabela a seguir demonstra a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2021 e 2020:

Alocação dos investimentos por indexador (a):

Indexador	2021		2020	
	Sem vencimento	Até 01 ano e até 02 anos	Mais de 01 ano e até 02 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos
Instrumentos financeiros				
Aplicações financeiras	245.383	115.872	206.698	241.844
Valor justo por meio do resultado	245.383	63.080	65.304	20.969
Disponível para venda	-	52.792	141.394	324.238
Mantido até o vencimento	-	-	151	1.519.637
Prêmios a receber (a)	-	124.353	-	-
Refinanciamento fiscal - REFIS	-	242	-	-
Seguros e resseguros	-	824.823	124.571	375.272
Provisões técnicas	-	14.792	165	1.924
Ativos de resseguros	-	-	-	2.730
Passivos	-	-	-	1.414
Seguros	-	353.777	27.188	53.447
Previdência	-	485.838	97.548	323.749

(a) Os valores referentes às operações de planos PGBL e VGBL na fase de acumulação de benefícios no montante de R\$70 bilhões (R\$7,6 bilhões em 2020) não figuram na tabela acima, tendo em vista que o risco de mercado correspondente a estes investimentos são dos participantes. Também não foi considerado o montante de R\$64,7 milhões em 31/12/2021 (R\$55,0 milhões

em 2020) referente aos planos de PGBL e VGBL em fase de concessão de benefícios, pois o risco de mercado correspondente a esta parcela foi considerado imaterial. 4.3.1. **Risco de liquidez:** Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar tempestivamente compromissos assumidos em função do descasamento entre fluxos de pagamentos e recebimentos. A política de investimentos da Companhia prevê e descreve montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de sinistros e benefícios. São realizadas projeções diárias do caixa e Testes de Estresse para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 31/12/2021 e 2020, exceto àqueles relacionados aos planos PGBL e VGBL, onde a exposição é do participante na fase de acumulação de benefícios e o volume da fase de concessão de benefícios foi considerado imaterial.

Descrição	Mais de 01 ano e até 02 anos					Mais de 05 anos e até 10 anos					Valor de custo	Valor de mercado	Valor de Ganho ou (perda) Outras (b)	Valor contábil	
	Sem vencimento	Até 01 ano e até 02 anos	Mais de 01 ano e até 02 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Sem vencimento	Até 01 ano e até 02 anos	Mais de 01 ano e até 02 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos						
Instrumentos financeiros															
Aplicações financeiras	245.383	115.872	206.698	241.844	1.728.974	213.548	2.855.833	3.011.164	155.331	-	2.806.290				
Valor justo por meio do resultado	245.383	63.080	65.304	20.969	-	-	394.736	394.715	(21)	-	394.715				
Disponível para venda	-	52.792	141.394	324.238	209.337	144.535	872.296	822.774	(49.522)	-	822.774				
Mantido até o vencimento	-	-	151	1.519.637	69.013	1.588.801	1.793.675	204.874	-	-	1.588.801				
Prêmios a receber (a)	-	124.353	-	-	-	-	124.353	-	-	-	124.353				
Refinanciamento fiscal - REFIS	-	242	-	-	-	-	242	-	-	-	242				
Seguros e resseg															

continuação

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

Descrição	2020							Valor contábil		
	Sem vencimento	Até 01 ano	Mais de 01 ano e até 02 anos	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo		Valor de mercado	Ganho ou (perda) Outras (b)
Instrumentos financeiros										
Aplicações financeiras	135.154	499.146	137.451	89.656	76.740	1.375.813	2.313.960	2.666.792	352.832	- 2.323.998
Valor justo por meio do resultado	135.154	71.339	484	8.957	-	-	215.934	215.902	(32)	- 215.902
Disponível para venda	-	2.313	136.967	80.562	76.740	-	296.582	306.652	10.070	- 306.652
Mantido até o vencimento	- 425.494	-	-	137	-	- 1.375.813	1.801.444	2.144.238	342.794	- 1.801.444
Prêmios a receber (a)	- 98.145	-	-	-	-	-	- 98.145	-	-	- 98.145
Seguros e resseguros										
Provisões técnicas	- 662.345	148.360	313.660	365.195	484.480	-	-	-	- 8.600	1.982.640
Ativos de resseguros	- 15.174	294	1.872	2.125	880	-	-	-	-	- 20.345
Passivos										
Seguros	- 284.158	37.827	63.118	47.736	19.775	-	-	-	-	- 452.614
Previdência	- 393.361	110.827	252.414	319.584	465.585	-	-	-	-	- 8.600 1.550.371

(a) Considera o prêmio a vencer, líquido de redução ao valor recuperável, quando aplicável; e (b) A coluna "Outras" é composta, principalmente, pelos seguintes itens: R\$91.246 de PCC e outras provisões técnicas em 31/12/2021 (R\$8.600 em 2020).

A data de vencimento dos ativos foi o critério utilizado na classificação dos instrumentos financeiros apresentados neste item. No entanto, é importante mencionar que os ativos classificados como valor justo por meio do resultado e disponíveis para a venda possuem liquidez imediata, apesar da distribuição ocorrer em diversas faixas das tabelas. Portanto, tais ativos são suficientes para honrar as obrigações nas datas previstas. 4.4. Riscos de crédito: Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumprir nos termos em que foi acordado. Estes riscos poderiam se materializar e afetar significativamente os resultados esperados caso os emissores de créditos privados não honrem com os pagamentos nas datas previstas ou os resseguradores com os quais a Companhia opera não honrem os contratos para pagamentos dos sinistros ressegurados. Em relação ao monitoramento da inadimplência de seus segurados e parceiros comerciais, a Companhia realiza redução ao valor recuperável dos prêmios a receber de acordo com as melhores práticas e legislação vigente. 4.4.1. Alocação dos investimentos: A tabela a seguir apresenta a alocação dos investimentos por categoria de risco, totalizando em 31/12/2021 100,00% (100,00% em 2020) alocados em títulos do governo (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA da tabela), segundo melhores práticas do mercado, exceto os relacionados às operações dos planos PGBl e VGBL.

Descrição	2021	2020
Renda fixa pública "risco soberano"	2.741.769	2.324.155
Outros	(197)	(157)
Total	2.741.572	2.323.998

4.4.2. Contratos de resseguro: Para as contratações de resseguro, a Companhia possui política específica aprovada pelo Comitê de Riscos e monitorada pela área de Gestão de Riscos Corporativos, que estabelece e descreve um fluxo efetivo para a contratação, baseada em aprovações finais do CoRi. Como exigências, a política engloba critérios de habilitação dos corretores, definições de limites de risco de crédito, limites de concentração e prazos mínimos a serem observados no fluxo de contratação de resseguros. Além das exigências definidas pela legislação vigente para a colocação de riscos de resseguro, com o objetivo de controlar internamente a exposição ao risco de crédito, a Companhia estabelece limites de exposição de crédito com base nas classificações de categoria de risco de cada ressegurador, gerenciando desta forma o risco de crédito em contratos de resseguro. As tabelas a seguir apresentam a exposição com os resseguradores por categoria de risco e linha de negócio. Tendo em vista a política de colocação de resseguro acima descrita, a Companhia prioriza suas colocações em resseguradores com menor grau de risco. Eventuais colocações que não sigam estas exigências devem ser aprovadas diretamente pelo CoRi.

Ramos	2021	2020
Pessoas demais	9.061	8.307
Vida em grupo	22.941	19.490
Outros	987	2.242
Total	32.989	30.039

Classe	Categoria de risco	Exposição	% Exposição	2021	2020
Local	Level 1	14.091	42,71%	12.684	42,23%
Local	Level 2	15.501	46,99%	15.122	50,34%
Local	Level 3	130	0,39%	238	0,79%
Admitida	Level 1	3.216	9,75%	1.854	6,17%
Admitida	Level 2	-	0,00%	141	0,47%
Eventual	Level 2	51	0,16%	-	0,00%
Total		32.989	100,00%	30.039	100,00%

Level 1 refere-se a categoria com o menor grau de risco e Level 5 a categoria com maior grau de risco. Ressegurador local: Ressegurador sediado no país, constituído sob a forma de sociedade anônima, que tenha por objeto exclusivo a realização de operações de resseguro e retrocessão. Ressegurador admitido: Ressegurador sediado no exterior, com escritório de representação no país, que, atendendo às exigências previstas na

legislação em vigor, aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrado como tal na SUSEP, para realizar operações de resseguro e retrocessão. Ressegurador eventual: Empresa resseguradora estrangeira sediada no exterior, sem escritório de representação no país, que, atendendo a legislação em vigor, aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrada como tal na SUSEP, para realizar operações de resseguro e retrocessão. 4.5. Riscos operacionais: O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia. O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações. Neste sentido, a Ouvidoria da SulAmérica desempenha um papel importante na busca pela excelência operacional. Esta compõe a segunda linha da organização contribuindo para maior proximidade com os clientes, apurando os fatos, realinhando estratégias e criando soluções para que a experiência do cliente seja positiva. A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação dos riscos e controles e na resposta aos riscos que violem o apetite a risco definidos pelo Conselho de Administração. Além disso, a área de Controles Internos dá suporte ao processo de ERM ao realizar testes de aderência dos controles relacionados aos riscos operacionais. O processo de identificação de riscos operacionais e seus respectivos controles é realizado em reuniões com os pontos focais de cada macroprocesso. Após o processo de identificação dos riscos operacionais, é realizada avaliação qualitativa desses riscos além das avaliações dos seus respectivos mitigadores, incluindo testes de controle dos riscos classificados como médio e alto. Esta metodologia também contempla avaliação financeira dos riscos identificados, sempre que possível, utilizando-se os dados constantes nas bases de dados da Companhia. Utilizando-se as avaliações qualitativa e quantitativa dos riscos, classificam-se todos os riscos operacionais em risco alto, risco médio e risco baixo. 4.6. Riscos legais e compliance: Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais. 4.6.1. Gestão dos riscos legais: Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações. Adicionalmente a área atuarial utiliza uma metodologia específica de experiência de pagamento para o cálculo da provisão judicial baseada na relação histórica observada entre o custo do processo encerrado e as estimativas dos advogados para o valor a ser pago caso a causa fosse perdida (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a Companhia é ré ou denunciada desde a data do cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento. A evolução da provisão de sinistros judiciais pode ser observada na nota 4.2.2. 4.6.2. Gestão dos riscos de compliance: A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos reguladores e fiscalizadores, mediante elevados padrões de integridade, excelência ética e aderência à legislação e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentação aplicáveis aos negócios, por meio da conscientização de conduta legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, bem como que previna e detecte violações as leis e regulamentação através da identificação e gestão do risco de compliance, assim como facilite a defesa das posições relativas à compliance da organização perante os órgãos reguladores. 4.7. Gestão de capital: A Companhia apura mensalmente

a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Durante os exercícios de 2021 e 2020, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelos reguladores. Adicionalmente, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para cada tipo de negócio e risco, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. Através destes modelos internos são obtidos mensalmente métricas de retorno sobre o capital para auxílio na gestão dos negócios e performance dos administradores. A tabela abaixo demonstra a suficiência do capital regulatório em relação ao PLA apurado nos exercícios de 2021 e 2020.

Descrição	2021	2020
Patrimônio líquido contábil	790.576	605.431
Deduções:		
Despesas antecipadas não relacionadas ao resseguro	(1.252)	(1.424)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social	(152.048)	(45.164)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do Capital Mínimo Requerido (**)	(101.605)	(24.484)
Ativos intangíveis	(38.772)	(19.059)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(24.900)	(25.118)
Valores decorrentes dos ajustes associados à variação dos valores econômicos, positivos ou negativos, constantes das alíneas "a" do inciso II, art. 56 da RN 432	78.480	-
Valores decorrentes dos ajustes associados à variação dos valores econômicos, positivos ou negativos, constantes das alíneas "b" do inciso II, art. 56 da RN 432	(78.480)	-
Ajustes econômicos	-	26.419
PLA NÍVEL 1	471.999	-
Valores decorrentes dos ajustes associados à variação dos valores econômicos previstos nas alíneas "c" do inciso II, art. 56 da RN 432	9.042	-
Valores decorrentes dos ajustes associados à variação dos valores econômicos previstos nas alíneas "d" do inciso II, art. 56 da RN 432	19.535	-
PLA NÍVEL 2	28.577	-
Valores das diferenças entre os saldos contábeis e as respectivas deduções previstas nas alíneas "d" do inciso I, art. 56 da RN 432	54.846	-
PLA NÍVEL 3	54.846	-
Patrimônio líquido ajustado - PLA (a) (*)	555.422	516.601
Capital base (b)	15.000	15.000
Capital de risco (c)	365.639	373.712
Capital de risco de subscrição (d)	248.177	251.551
Capital de risco operacional (e)	7.600	7.706
Capital de risco de crédito (f)	20.257	17.875
Capital de risco de mercado (g)	189.144	197.979
CMR = Maior entre capital base e capital de risco (h)	365.639	373.712
Suficiência de capital - R\$ (i) = (a) - (h) (*)	189.783	142.889
Suficiência de capital - % (j) = (i) / (h)	51,90%	38,23%

(*) A suficiência de capital em 31/12/2021, se utilizada ETTJ apurada pela SUSEP no cálculo do Risco de mercado, seria de R\$199.521 (R\$137.292 em 2020) e o patrimônio em 31/12/2021 de R\$560.396 (R\$520.169 em 2020); e

(**) As deduções dos ativos serão realizadas pelo valor integral dos seus respectivos saldos contábeis para fins de apuração do PLA de nível 1, desconsiderando os limites previstos nas alíneas "d" e "f" do inciso I, art. 56 da RN 432. Em 2021 o cálculo do patrimônio líquido ajustado engloba as alterações introduzidas pela Resolução CNSP nº 432 de 12/11/2021, onde as principais modificações foram os ajustes de qualidade de cobertura do CMR calculado em três níveis. Em 31/12/2021, a Companhia tem ativos livres no montante de R\$425.884 (R\$429.907 em 2020) que correspondem a 116,48% (115,04% em 2020) do capital mínimo requerido, superior ao limite de 20% estabelecido na Resolução CNSP nº 343/2016. 5. Instrumentos financeiros derivativos: Conforme políticas de investimento e de alocação de recursos pré-definidas e aprovadas pela Administração, é permitida para a Companhia a contratação de operações com derivativos, podendo ser mantidos nos fundos de investimentos. No caso dos fundos exclusivos dos planos PGBl e VGBL, a Companhia também pode utilizar contratos futuros, em consonância com a política de investimento desses fundos. Os ganhos e perdas decorrentes desses contratos futuros não proporcionam qualquer impacto no resultado ou patrimônio líquido da Companhia, em virtude de serem refletidos em igual montante nas provisões técnicas de previdência. A utilização de instrumentos financeiros derivativos pela Companhia está de acordo com as normas vigentes emitidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo CNSP. Estas normas dispõem sobre os critérios para a realização de investimentos pela Companhia. Em 31/12/2021 e 2020, a Companhia possuía instrumentos financeiros derivativos somente nos fundos de investimentos de PGBl e VGBL, os quais estão classificados no nível 1, como demonstrado a seguir:

Descrição	Vencimento	Valor de referência (nocial)		2021	Valor justo 2020	Valor a receber / recebido		Valor a pagar / pago	
		2021	2020			2020	2021	2020	
Contratos futuros:									
Compromisso de compra									
Taxa de juros em reais	2022/2031	269.300	1.678.500	244.600	1.656.120	108	50	247	904
Moeda estrangeira	2022	6.847	1.660	6.847	1.660	17	1	110	-
Índices	2022	1.385	4.112	1.385	4.112	(207)	-	(7)	557
Compromisso de venda									
Taxa de juros em reais	2022/2031	653.515	1.537.900	730.061	1.598.725	75	1.164	1.037	1.885
Moeda estrangeira	2022/2027	4.772	9.418	4.772	9.418	101	4	-	5
Índices	2022	133	1.788	133	1.788	-	6	(2.064)	-

5.1. Critérios de determinação do valor justo: O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado utilizando-se as taxas divulgadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

5.2. Margens dadas em garantia: Em 31/12/2021 e 2020, as margens dadas em garantia das operações de contratos futuros mantidas nos fundos de PGBl e de VGBL são compostas conforme demonstradas a seguir:

Ativo	Vencimento	Quantidade	2021 Valor	2020			
				Valor	Quantidade		
LFT	Março/2022	250	2.808	LFT	Março/2021	1.572	16.910
LFT	Setembro/2022	15	168	LFT	Setembro/2021	80	860
LFT	Março/2023	120	1.346	LFT	Março/2022	300	3.221
LFT	Setembro/2023	1.550	17.363	LFT	Setembro/2022	45	483
LFT	Março/2024	430	4.811	LFT	Março/2023	1.070	11.466
LFT	Setembro/2024	675	7.545	LFT	Setembro/2023	1.905	20.394
LFT	Março/2025	740	8.255	LFT	Março/2024	2.262	24.171
LFT	Setembro/2025	1.128	12.558	LFT	Setembro/2024	525	5.604
LFT	Março/2026	20	222	LFT	Março/2025	3.233	34.463
LFT	Setembro/2026	50	554	LFT	Setembro/2025	2.640	28.111
NTN-B	Maio/2023	1.000	3.816	LFT	Março/2026	120	1.268
NTN-B	Agosto/2026	187	739	NTN-B	Maio/2025	50	191
NTN-B	Agosto/2030	751	2.985	NTN-B	Maio/2023	468	1.859
NTN-B	Agosto/2050	820	3.265	NTN-B	Agosto/2050	1.635	7.432
Total		7.736	66.435	Total		15.905	156.433

LFT: Letras Financeiras do Tesouro; e NTN-B: Notas do Tesouro Nacional – série B. A análise de sensibilidade não se faz necessária, uma vez que o risco dos contratos de derivativos existentes nos fundos de investimentos de PGBl e VGBL é dos participantes.

6. Aplicações:

6.1. Composição das aplicações:

Descrição	2021						
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de Mercado/ contábil	Valor avaliado pela curva/ contábil	Valor de mercado	
Títulos de renda fixa - públicos	11.449	11.435	872.296	822.774	363.903	394.047	1.198.112
Letras financeiras do tesouro	11.449	11.435	28.379	28.388	-	-	SELIC 39.823
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-
Série B - pós-fixado IPCA	-	-	843.917	794.386	69.164	66.426	IPCA + 3,79% a.a. 863.550
Série C - pós-fixado IGP-M	-	-	-	-	294.739	327.621	IGPM + 6,80% a.a. 294.739
Títulos de renda variável	-	-	-	-	-	-	-
Ações	-	-	-	-	17	-	17
Valor recuperável	-	-	-	-	(17)	-	(17)
Cotas de fundos de investimentos	7.430.619	7.379.814	-	-	1.224.898	1.399.628	8.604.712
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	246.635	246.635	-	-	-	-	246.635
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	7.183.984	7.133.179	-	-	1.224.898	1.399.628	8.358.077
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI	10.776	10.812	-	-	-	-	101,21% CDI 10.812
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI	494.335	494.742	-	-	-	-	103,18% CDI 494.742
Pós-fixado IPCA	438	423	-	-	-	-	IPCA + 5,47% a.a. 423
Pós-fixado IGP-M	2.543	2.172	-	-	-	-	IGPM + 0,95% a.a. 2.172
Letras financeiras	897.324	888.578	-	-	-	-	109,76% CDI 888.578
Letras financeiras do tesouro	1.509.343	1.504.454	-	-	-	-	SELIC 1.504.454
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-
Pré-fixado	6.078	5.945</					

continuação

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de Mercado/ contábil	Valor avaliado pela curva/ contábil	Valor de mercado		
Títulos de renda fixa - públicos	9.764	9.732	296.582	306.652	544.749	617.570		861.133
Letras financeiras do tesouro	9.764	9.732	144.415	143.494	-	-	SELIC	153.226
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Série B - pós-fixado IPCA	-	-	152.167	163.158	62.757	76.821	IPCA + 4,35% a.a.	225.915
Série C - pós-fixado IGP-M	-	-	-	-	481.992	540.749	IGPM + 7,68% a.a.	481.992
Títulos de renda variável	-	-	-	-	-	-		-
Ações	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor recuperável	-	-	-	16	-	-	-	16
	-	-	-	(16)	-	-	-	(16)
Cotas de fundos de investimentos	7.860.120	7.828.612	-	-	1.256.695	1.526.668		9.085.307
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	135.472	135.472	-	-	-	-	-	135.472
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	7.724.648	7.693.140	-	-	1.256.695	1.526.668	-	8.949.835
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI	297.160	290.543	-	-	-	-	106,41% CDI	290.543
Pós-fixado IPCA	12.005	12.163	-	-	-	-	IPCA + 2,99% a.a.	12.163
Letras financeiras	1.157.645	1.114.369	-	-	-	-	112,03% CDI	1.114.369
Notas promissórias	10.544	10.539	-	-	-	-	106,00% CDI	10.539
Letras financeiras do tesouro	951.972	946.693	-	-	-	-	SELIC	946.693
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Pré-fixado	13.228	13.623	-	-	-	-	7,12% a.a.	13.623
Títulos da dívida agrária	12.227	13.036	-	-	-	-	TR + 10,62% a.a.	13.036
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Série F - pré-fixado	43	46	-	-	-	-	8,13% a.a.	46
Série B - pós-fixado IPCA	1.227.212	1.249.472	-	-	-	-	IPCA + 2,13% a.a.	1.249.472
Série C - pós-fixado IGP-M	12.968	13.012	-	-	1.256.695	1.526.668	IGPM + 7,44% a.a.	1.269.707
Operações compromissadas	316.051	316.051	-	-	-	-	SELIC	316.051
Ações	429.978	429.978	-	-	-	-	-	429.978
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	3.300.806	3.300.806	-	-	-	-	-	3.300.806
Outros	(17.191)	(17.191)	-	-	-	-	-	(17.191)
Subtotal	7.869.884	7.838.344	296.582	306.652	1.801.444	2.144.238		9.946.440
Percentual total contábil		78,81%		3,08%		18,11%		100,00%
Outras aplicações								1.261
Total								9.947.701
Circulante								9.643.112
Não circulante								304.589

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos renda fixa.

6.2. Movimentação das aplicações:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
Saldo em 01/01/2020	7.568.023	353.055	450.772	8.371.850
Aplicações	3.562.228	314.149	-	3.876.377
Rendimentos resgate	(436.442)	(10.145)	(32.256)	(478.843)
Principal resgate	(1.960.217)	(366.787)	-	(2.327.004)
Resultado financeiro	361.450	16.797	126.230	504.477
Ajustes no patrimônio líquido	-	(417)	-	(417)
Saldo em 31/12/2020	9.095.042	306.652	544.746	9.946.440

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
Saldo em 31/12/2020	9.095.042	306.652	544.746	9.946.440
Aplicações	3.350.458	944.269	-	4.294.727
Rendimentos resgate	(601.434)	(72.294)	(33.145)	(706.873)
Principal resgate	(3.469.185)	(430.618)	(243.948)	(4.143.751)
Resultado financeiro	241.268	134.357	96.248	471.873
Ajustes no patrimônio líquido	-	(59.592)	-	(59.592)
Saldo em 31/12/2021	8.616.149	822.774	363.901	9.802.824

Para melhor entendimento do volume das aplicações financeiras da Companhia, na nota acima, apresentamos a movimentação das cotas de fundos exclusivos, enquanto que na nota 6.1, apresentamos o saldo dos ativos que compõe estas cotas de fundos. 6.3. Análise de sensibilidade das aplicações: As métricas de risco utilizadas na elaboração das análises de sensibilidade das aplicações financeiras são: (i) A metodologia de Value at Risk (VaR) paramétrico utilizando nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e a duração nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e (ii) DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Para a apuração dos valores para renda variável, considera-se a variação de 1% na posição. As metodologias utilizadas desconsideram os valores de saldos referentes ao PGBL e VGBL, pois os recursos estão em fundos exclusivos para os participantes e são regidos pelas regras de liquidez estabelecidas nos regulamentos de cada fundo. As tabelas a seguir apresentam o cálculo do ganho ou perda esperada em um dia no resultado e no patrimônio líquido através da metodologia VaR e da metodologia DV01.

Fatores de risco	VaR 95%	DV01=0,01%
Juros nominal	2	-
Juros real	3.665	392
Outros	5	-
Efeito da diversificação	(6)	-
Total	3.666	392

Fatores de risco	VaR 95%	DV01=0,01%
Juros real	54	7
Total	54	7

6.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado: Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis, modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. **Nível 1: Títulos de renda variável:** Calculados com base na cotação de fechamento do último dia útil em que foram negociados no mês; **Títulos de renda fixa – públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; e **Instrumentos financeiros derivativos:** Calculados com base nas cotações e taxas divulgadas pela B3. **Nível 2:** Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Letras Financeiras (LF). Calculados de acordo com suas características de resgate: (i) CDB com cláusula de resgate antecipado a taxa determinada: calculados com base na taxa contratada na operação; e (ii) CDB sem cláusula de resgate antecipado e com cláusula de resgate antecipado a taxa de mercado: são calculados com base na curva proveniente dos futuros de DI da B3, e para o spread de crédito, pelo conjunto formado pelas operações de CDB e LF das carteiras administradas/fundos no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos. **Debêntures:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou, no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os critérios de precificação definidos em seu manual de marcação a mercado; e **Cotas de fundos de investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

	Nível 1	Nível 2	Total
Descrição			2021
Aplicações financeiras			
Valor justo por meio do resultado	2.674.336	4.716.913	7.391.249
Disponível para venda	822.774	-	822.774
Mantido até o vencimento	1.793.675	-	1.793.675
Total	5.290.785	4.716.913	10.007.698

	Nível 1	Nível 2	Total
Descrição			2020
Aplicações financeiras			
Valor justo por meio do resultado	2.991.642	4.846.702	7.838.344
Disponível para venda	306.652	-	306.652
Mantido até o vencimento	2.144.238	-	2.144.238
Total	5.442.532	4.846.702	10.289.234

7. Prêmios a receber: 7.1. Movimentação dos prêmios a receber: Os prêmios a receber estão mensurados ao custo amortizado e contemplam os prêmios de emissão direta e cosseguro aceito, bem como as operações de retrocessão. O faturamento do segmento de vida ocorre em sua maioria mensalmente.

A seguir, a movimentação dos prêmios a receber nas datas indicadas:

	Prêmios	Redução ao valor recuperável	Total
Saldo em 01/01/2020	119.617	(14.353)	105.264
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/ constituição	532.333	(5.502)	526.831
RVNE	(3.458)	-	(3.458)
Recebimentos/ reversão	(525.319)	4.159	(521.160)
Saldo em 31/12/2020	123.173	(15.696)	107.477
Circulante			107.071
Não circulante			406

	Prêmios	Redução ao valor recuperável	Total
Saldo em 31/12/2020	123.173	(15.696)	107.477
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/ constituição	563.900	(5.677)	558.223
RVNE	4.437	-	4.437
Recebimentos/ reversão	(536.997)	904	(536.093)
Saldo em 31/12/2021	154.513	(20.469)	134.044
Circulante			133.599
Não circulante			445

7.2. Prêmios a receber por vencimento: Os prêmios a receber por vencimento estão distribuídos da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
A vencer		
A vencer entre 01 e 30 dias	52.544	43.754
A vencer entre 31 e 60 dias	13.605	9.199
A vencer entre 61 e 180 dias	37.767	29.144
A vencer entre 181 e 365 dias	20.871	16.344
A vencer acima de 365 dias	487	436
Total	125.274	98.877
Redução ao valor recuperável	(921)	(732)
Total a vencer	124.353	98.145
Vencidos		
Vencidos entre 01 e 30 dias	6.511	6.397
Vencidos entre 31 e 60 dias	1.426	765
Vencidos entre 61 e 180 dias	2.288	1.850
Vencidos entre 181 e 365 dias	2.145	2.550
Vencidos acima de 365 dias	16.869	12.734
Total	29.239	24.296
Redução ao valor recuperável	(19.548)	(14.964)
Total vencidos	9.691	9.332
Total prêmios a receber	154.513	123.173
Total de redução ao valor recuperável (a)	(20.469)	(15.696)
Total	134.044	107.477

(a) A redução ao valor recuperável é determinada com base nos prêmios vencidos e a vencer de riscos decorridos. A contabilização no balanço patrimonial é feita pelos valores brutos e na demonstração de resultado pelos valores líquidos de comissão. Impostos sobre Operações Financeiras (IOF) refletindo a essência do resultado final de todo o processo de recebimento. A análise do risco de crédito de pessoa jurídica é efetuada com base em tabela de pontuação (classificação de riscos) de probabilidade de perda. Para pessoas físicas é efetuada com base no percentual histórico de recuperação de prêmios vencidos. Os prêmios de risco a decorrer são normalmente cancelados após 60 dias de inadimplência. 8. Ativos e passivos de resseguro: 8.1. Operações com resseguradoras:

Descrição	Ativo	Passivo
	2021	2020
Recuperação de indenização e prêmios líquidos de comissão	12.867	8.025
Redução ao valor recuperável (a)	(4.135)	(1.920)
Outros	3.232	2.767
Total	11.964	8.872
Circulante	9.369	6.581
Não circulante	2.595	2.291

(a) A redução ao valor recuperável referente às operações de resseguro é analisada com base nos valores de sinistros a receber vencidos e, quando aplicável, na tabela de pontuação de probabilidade de perda (classificação de riscos). 8.2. Ativos de resseguro e retrocessão: Os saldos apresentados se referem aos ativos relacionados com as responsabilidades dos resseguradores em relação às provisões técnicas da Companhia. As provisões técnicas são registradas no passivo de forma bruta de resseguro, sendo então registradas no ativo as expectativas de crédito associadas aos resseguradores.

9.2. Tributos a compensar / recuperar:

Descrição	Saldo em 01/01/2020	Adição	Atualização monetária	Baixa / compensação	Saldo em 31/12/2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.269	474	2	(40)	1.705
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	109	285	1	(12)	383
Programa de Integração Social - PIS	69	20	-	(7)	82
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	319	93	-	(31)	381
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	-	120	-	(120)	-
Outros	-	402	-	-	402
Total	1.766	1.394	3	(210)	2.953
Circulante					1.566
Não circulante					1.387

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Adição	Atualização monetária	Baixa / compensação	Saldo em 31/12/2021
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.705	168	40	(678)	1.235
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	383	2.788	27	(384)	2.814
Programa de Integração Social - PIS	82	-	-	(60)	22
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	381	-	-	(275)	106
Outros	402	41	12	-	455
Total	2.953	2.997	79	(1.397)	4.632
Circulante					290
Não circulante					4.342

9.3. Movimentação de créditos e débitos tributários: As tabelas abaixo demonstram os créditos e débitos tributários do imposto de renda e da contribuição social e as respectivas movimentações nos períodos.

Descrição	Saldo em 01/01/2020	Consti-tuição	Reali-zação	Saldo em 31/12/2020
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	60.118	2.720	(202)	62.636

continuação

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

Em 31/12/2021, os saldos acumulados de prejuízos fiscais e de bases negativas a compensar são formados como demonstrado a seguir:

Ano	Imposto de renda	Contribuição social
2005	4.542	37.012
2011	35.408	31.850
2017	11.588	11.644
2020	51.120	51.126
2021	266.830	267.040
Saldos a compensar	369.488	398.672

Em 31/12/2021, a expectativa de realização, por ano, dos créditos tributários de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social é apresentada conforme demonstrado a seguir:

Ano	Imposto de Renda	Contribuição social
2023	0%	1%
2024	5%	5%
2025	10%	9%
2026	16%	15%
2027 a 2028	66%	60%
2029 a 2030	3%	10%
Total	100%	100%

As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais não estão apresentadas no quadro acima, pois dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias. **10. Movimentação dos custos de aquisição diferidos:**

Descrição	Nota	2021	2020
Custos de aquisição diferidos			
Seguros		64.127	69.673
Pessoas	10.1	64.127	69.673
Previdência privada	10.2	6.902	7.088
Total		71.029	76.761
Circulante		37.475	36.159
Não circulante		33.554	40.602

10.1. Pessoas:

	Seguro direto líquido de cosseguro cedido
Saldo em 01/01/2020	50.435
Custos de aquisição	175.097
Amortização	(138.070)
Cancelamento	(16.372)
RVNE	(1.417)
Saldo em 31/12/2020	69.673
Circulante	32.378
Não circulante	37.295

	Seguro direto líquido de cosseguro cedido
Saldo em 31/12/2020	69.673
Custos de aquisição	199.889
Amortização	(165.154)
Cancelamento	(40.696)
RVNE	415
Saldo em 31/12/2021	64.127
Circulante	33.921
Não circulante	30.206

10.2. Previdência privada:

	Previdência
Saldo em 01/01/2020	8.755
Custos de aquisição	5.491
Amortização	(5.808)
Cancelamento	(1.350)
Saldo em 31/12/2020	7.088
Circulante	3.781
Não circulante	3.307

	Previdência
Saldo em 31/12/2020	7.088
Custos de aquisição	5.827
Amortização	(4.795)
Cancelamento	(1.218)
Saldo em 31/12/2021	6.902
Circulante	3.554
Não circulante	3.348

11. Arrendamentos: Conforme o plano de contas e modelo de publicação estabelecido pela Circular SUSEP nº 517, de 30/07/2015, o ativo de direito de uso está registrado na rubrica "Outros valores e bens" no ativo não circulante e o passivo de arrendamento na rubrica "Débitos diversos" no passivo circulante e não circulante. A seguir, demonstramos os valores relacionados aos arrendamentos:

	Contratos de aluguel de imóveis	Contratos de veículos de frota	Total
Ativo de direito de uso			
Valor contábil de ativos de direito de uso na adoção da norma em 04/01/2021	7.580	–	7.580
Adições/baixas a ativos de direito de uso	981	711	1.692
Ajuste por remensuração (a)	1.542	–	1.542
Encargos de depreciação (2.202)	(2.202)	(28)	(2.230)
Valor contábil de ativos de direito de uso em 31/12/2021	7.901	683	8.584
Não circulante			8.584

	Contratos de aluguel de imóveis	Contratos de veículos de frota	Total
Passivo de arrendamento			
Valor contábil do passivo de arrendamento na adoção da norma em 04/01/2021	8.162	–	8.162
Adições/baixas a passivos de arrendamento	981	711	1.692
Ajuste por remensuração (a)	1.542	–	1.542
Saídas de caixa totais para arrendamentos	(2.920)	(100)	(3.020)
Despesas de juros	425	123	548
Valor contábil do passivo de arrendamento em 31/12/2021	8.190	734	8.924
Circulante			2.597
Não circulante			6.327

(a) Remensuração do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento referentes ao contrato da Sede Rio de Janeiro; e (b) Despesas com prazo inferior a 12 meses possuem isenção da norma para registro no balanço. A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base na taxa de juros dos empréstimos e financiamentos praticadas no mercado financeiro na data de adoção inicial ou na data da assinatura do contrato para aqueles firmados pós adoção inicial. As taxas foram obtidas por meio de referências junto aos principais agentes financeiros.

Prazo dos contratos	Taxa % a.a.
2 anos	7,31%
3 anos	8,60%
4 anos	7,38%
5 anos	7,31%
7 anos (a)	11,95%

(a) Em 01/10/2021, após renegociação do contrato de arrendamento da Sede Rio de Janeiro, ocorreu a remensuração da taxa de desconto para o prazo remanescente do contrato. Em 31/12/2021, as prestações descontadas de seus contratos de arrendamento são formadas como demonstrados a seguir:

Vencimento das prestações	Valor
2022	3.286
2023	2.954
2024	2.567
2025	1.229
2026	142
2027 a 2030	306
Valores não descontados	10.484
Juros embutidos (1.560)	(1.560)
Saldo em 31/12/2021	8.924

12. Intangível: O Intangível é representado conforme tabela a seguir:

Descrição	Custos de desenvolvimento e licenças de software
Custo	
Saldo em 01/01/2020	4.903
Adição	18.995
Baixa	(520)
Saldo em 31/12/2020	23.378
Amortização acumulada	
Saldo em 01/01/2020	(3.706)
Baixa	519
Amortização	(1.132)
Saldo em 31/12/2020	(4.319)
Saldo residual em 31/12/2020	19.059
Vida útil estimada	5 a 10 anos

Custos de desenvolvimento e licenças software

Descrição	2021	2020
Custo		
Saldo em 31/12/2020	23.378	
Adição	25.325	
Baixa	(3.484)	
Saldo em 31/12/2021	45.219	
Amortização acumulada		
Saldo em 31/12/2020	(4.319)	
Baixa	3.484	
Amortização	(5.612)	
Saldo em 31/12/2021	(6.447)	
Saldo residual em 31/12/2021	38.772	
Vida útil estimada	5 a 10 anos	

13. Contas a pagar:

13.1. Obrigações a pagar:

Descrição	2021	2020
Obrigações fiscais (vide nota 19.2)	25.536	58.919
Refinanciamento fiscal - REFIS	242	232
Honorários de administradores a pagar	704	789
Participações no Lucro	5.042	5.743
Demais	2.971	2.094
Total	34.495	67.777
Circulante	8.959	8.858
Não circulante	25.536	58.919

13.2. Outras contas a pagar:

Descrição	2021	2020
Contas a pagar fornecedores	8.354	13.602
Honorários advocatícios	2.478	2.828
Outros	2.770	305
Total	13.602	16.735
Circulante	11.124	13.907
Não circulante	2.478	2.828

14. Corretores de seguros e resseguros:

Descrição	2021	2020
Seguro direto	22.302	21.598
Seguro direto e cosseguro aceito - RVNE	2.656	2.241
Total	24.958	23.839
Circulante	24.885	23.773
Não circulante	73	66

15. Depósitos de terceiros: Os depósitos de terceiros são representados, basicamente, por cobrança antecipada de prêmios e emolumentos recebidos. Sua distribuição por idade é apresentada a seguir:

Descrição	Prêmio direto	Previdência	Total
De 01 a 30 dias	162	7.063	7.225
De 31 a 60 dias	116	837	953
De 61 a 120 dias	114	307	421
De 121 a 180 dias	147	15	162
De 181 a 365 dias	6	1.474	1.480
Acima de 365 dias	33	7.955	7.988
Total	578	17.651	18.229

Descrição	Prêmio direto	Previdência	Total
De 01 a 30 dias	6.076	30.089	36.165
De 31 a 60 dias	103	218	321
De 61 a 120 dias	131	1.523	1.654
De 121 a 180 dias	133	586	719
De 181 a 365 dias	21	6.064	6.085
Acima de 365 dias	129	5.658	5.787
Total	6.593	44.138	50.731

16. Provisões técnicas de seguros e previdência complementar:

16.1. Movimentação das provisões técnicas de seguros:

	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR	Total
Saldo em 01/01/2020	1.461	
Pagamentos/ baixas / cancelamentos	(513)	
Avisados / alterações	779	
Atualização monetária / juros	81	
Saldo em 31/12/2020 (a)	1.808	1.808
Circulante		1.808

(a) Apesar da Companhia operar somente com seguros de pessoas e previdência, existem provisões técnicas classificadas na categoria "Danos" oriundas de operações de retrocessões aceitas.

	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR	Total
Saldo em 31/12/2020	1.808	
Avisados/ alterações	52	
Atualização monetária / juros	10	
Saldo em 31/12/2021 (a)	1.870	1.870
Circulante		1.870

(a) Apesar da Companhia operar somente com seguros de pessoas e previdência, existem provisões técnicas classificadas na categoria "Danos" oriundas de operações de retrocessões aceitas.

	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR	Total
Saldo em 01/01/2020	63.040	237.762
Emissões	519.505	–
Pagamentos/ baixas / cancelamentos	(77.102)	(230.223)
Prêmios ganhos	(406.040)	–
Avisados / alterações	–	240.220
Atualização monetária / juros	–	14.016
Varição IBNR/IBNC/IBNER	–	9.665
Saldo em 31/12/2020	99.403	370.843
Circulante		211.282
Não circulante		159.561

	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR	Total
Saldo em 31/12/2020	99.403	271.440
Emissões	563.603	–
Pagamentos/ baixas / cancelamentos	(92.545)	(365.370)
Prêmios ganhos	(471.802)	–
Avisados / alterações	–	367.677
Atualização monetária / juros	–	20.148
Varição IBNR/IBNC/IBNER	–	20.832
Saldo em 31/12/2021	98.659	314.727
Circulante		263.786
Não circulante		149.600

Vida individual:

	Provisão de sinistros a liquidar e sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR - PDR	Provisão matemática de benefícios a conceder	Total
Saldo em 01/01/2020	30.860	23.724	6.224
Emissões	88.822	–	–
Avisados, líquidos de pagamentos e cancelamentos	(15.246)	599	(347)
Prêmios ganhos	(66.047)	–	–
Atualização monetária / juros	–	995	469
Varição IBNR/IBNC/IBNER	–	1.960	–
Saldo em 31/12/2020	38.389	27.278	6.346
Circulante			72.013
Não circulante			8.895

	Provisão de sinistros a liquidar e sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR - PDR	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios a conceder	Total
Saldo em 31/12/2020	38.389	27.278	6.346	
Emissões	102.282	–	(350)	
Avisados, líquidos de pagamentos e cancelamentos	(17.329)	5.699	–	
Prêmios ganhos	(75.308)	–	–	
Atualização monetária / juros	–	2.751	469	
Varição IBNR/IBNC/IBNER	–	1.942	–	
Saldo em 31/12/2021	48.034	37.670	6.465	92.169
Circulante				80.891
Não circulante				11.278

Vida com cobertura de sobrevivência:

	Provisão de despesas relacionadas - IBNR	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios concedidos	Total
Saldo em 01/01/2020	1.640	3.285.934	2.244	
Adições	–	1.660.942	–	
Resgates/ benefícios/ portabilidade	–	(

Descrição		Ativo	Passivo	Receita		Despesa	
		2021	2020	2021	2020	2021	2020
17. Partes relacionadas: 17.1. Transações: Os principais saldos de ativos e passivos relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, são relativos a operações de transações da Companhia com as empresas sob administração comum e profissionais-chaves da Administração, para os respectivos tipos de operações.							
Descrição	Categoria	Controladora					
Sul América S.A. (a) (d) (f)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	–	28	3.293	3.067	
Saepar Serviços e Participações S.A. (a) (d)	Controladora indireta	Sul América S.A.	33	243	–	16	
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (c) (d) (h)	Controladora direta	Traditio Companhia de Seguros (nova denominação da SALIC)	1.184	533	8.703	1.012	
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a) (e) Ligada	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	7	7	133	175	
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (a) (e)	Ligada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	8	7	338	160	
Sul América Odontológico S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	59	69	9	26	
Traditio Companhia de Seguros (nova denominação da SALIC) (a) (d)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	–	–	136	153	
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (d) (g) (h)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	95	34	736	721	
Rio's Capitalização S.A. (nova denominação da SULACAP) (a)	Ligada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	–	–	244	125	
Prodent - Assistência Odontológica Ltda (a) (d)	Ligada	Sul América Odontológico S.A.	1	5	–	8	
Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A. (a) (l)	Ligada	Saepar Serviços e Participações S.A.	1	–	424	–	
Sharecare Brasil Serviços de Consultoria Ltda (k)	Ligada	Sharecare Digital Health International Limited	26	13	–	–	
Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (b) (i)	Outros	Outros	63	35	72.254	74.390	
Total			1.477	974	86.270	79.853	
Descrição	Categoria	Controladora					
Sul América S.A. (a)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	11	11	–	–	
Saepar Serviços e Participações S.A. (a)	Controladora indireta	Sul América S.A.	95	24	–	–	
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (h) (j)	Controladora direta	Traditio Companhia de Seguros (nova denominação da SALIC)	7.105	4.624	(238)	(1.610)	
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a) (e)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	77	28	(1.186)	(878)	
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (a) (e)	Ligada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	84	43	(1.450)	(1.074)	
Sul América Odontológico S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	67	71	–	–	
Traditio Companhia de Seguros (nova denominação da SALIC) (a)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	53	389	–	(127)	
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (g) (h)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	404	323	(4.021)	(1.709)	
Rio's Capitalização S.A. (nova denominação da SULACAP) (a)	Ligada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	130	39	–	(104)	
Prodent - Assistência Odontológica Ltda (a) (h)	Ligada	Sul América Odontológico S.A.	22	7	–	–	
Sharecare Brasil Serviços de Consultoria Ltda (k)	Ligada	Sharecare Digital Health International Limited	159	143	–	–	
Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A. (a) (l)	Ligada	Saepar Serviços e Participações S.A.	8	5	(875)	(180)	
Sul América Serviços e Participações S.A. (a) (m)	Outros	Outros	–	7	–	21	
Sul América Seguros de Automóveis e Massificados S.A. (a) (m)	Outros	Outros	–	139	–	–	
Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (b) (i)	Outros	Outros	4.181	4.426	(10.507)	(9.516)	
Total			12.396	10.279	(18.277)	(15.177)	
(a) Valor referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; (b) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (c) Valor referente ao rateio de aluguel dos prédios da Nova Matriz e Pinheiros entre companhias do Grupo SulAmérica; (d) Valor referente à conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa entre empresas do grupo; (e) Valor referente à taxa de administração e gestão que corresponde a 0,25% sobre o valor da carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente; (f) Valor referente ao reembolso da Companhia que pagou seus executivos com plano geral de compras de ações (stock options) de emissão da SASA; (g) Valor referente ao seguro saúde e odontológico dos funcionários da Companhia; (h) Valor referente a operação de seguro viagem adquirido pela Companhia; (i) Valor referente a operações de seguros e previdência entre as companhias e pessoal-chave da Administração, familiares e suas respectivas companhias controladas; (j) Valor referente ao seguro odontológico dos funcionários da Companhia; (k) Valor referente ao seguro saúde e vida dos funcionários da companhia contratado junto a empresas do grupo; (l) Valor referente à prestação de serviços; e (m) Valor referente a transações ocorridas até julho/2020, quando a companhia deixou de ser parte relacionada. Em 31/12/2021, a Companhia não pagou dividendos para sua acionista CIA. SAÚDE (R\$15.000 em 2020).							
17.2. Remuneração da Administração: A Administração incluiu os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:							
	Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios pós-emprego	Incentivo em ações (a)	Total			
Contas a pagar							
2021	719	–	3.291	4.010			
2020	801	–	3.067	3.868			
Despesas							
2021	(1.473)	(57)	(224)	(1.754)			
2020	(1.244)	(36)	(137)	(1.417)			
(a) Despesa a reembolsar a SASA pelo incentivo em ações (stock options) aos seus executivos (nota 3.12). 18. Compromissos e ônus a liquidar: 18.1. Outros créditos operacionais: Em 31/12/2021, o saldo de R\$1.527 (R\$1.383 em 2020) da rubrica "Outros créditos operacionais", é composto por recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referentes a demandas judiciais. 18.2. Garantia das provisões técnicas: A Companhia possui bens vinculados à SUSEP, oferecidos em garantia para cobertura das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 16.3. 18.3. Contrato de aluguel: São Paulo: Em 04/07/2013, a CIA. SAÚDE, controladora da Companhia, assinou contrato de locação para a nova sede da SulAmérica em São Paulo. O prazo da locação é de 10 anos, contados a partir de 15/06/2015, podendo ser renovado automaticamente por períodos de 5 anos, por 3 ciclos consecutivos. Durante o período de vigência do contrato a CIA. SAÚDE se comprometeu a pagar mensalmente a quantia de R\$1.833, reajustada anualmente pela variação acumulada do IGP-M, cabendo à Companhia um percentual de 7,98% sobre este montante, porém, em 2021, a atualização foi negociada e foi adotado um índice próximo a inflação real do período, em função da alta do IGP-M no cenário de pandemia. O montante reconhecido em conformidade com o IFRS 16 (CPC 06 (R2)), encontra-se detalhado na nota 11. A Lei de Locações e o contrato possuem disposições que impedem os locadores de rescindir unilateralmente a locação, sendo que a CIA. SAÚDE poderá fazê-lo, desde que mediante o pagamento de multa. Rio de Janeiro: Em 17/09/2018, a TRADITIO (nova denominação da SALIC) celebrou novo contrato de locação, do imóvel da sede da matriz no Rio de Janeiro, com prazo de 10 anos e início de vigência a partir de 18/04/2019. As partes acordaram, em aditivo contratual, a cessão dos direitos e obrigações da TRADITIO para a CIA. SAÚDE, tornando esta a nova locatária do contrato com data a partir de 01/11/2021. Para o primeiro ano, o aluguel foi pago em uma única parcela em 18/04/2020. A partir do segundo ano de vigência do contrato, as parcelas serão pagas mensalmente, sempre no dia 5 do mês subsequente. O contrato prevê reajuste anual pelo IGP-M, porém, as partes acordaram que o contrato não sofrerá correção para 2021 e, além disso, houve uma redução proporcional do pagamento da cota a partir de julho de 2021 mediante a entrega de parte do espaço utilizado pela SulAmérica. O referido contrato de locação possui cláusulas que restringem a capacidade da Companhia e o locador rescindir unilateralmente o contrato. A rescisão unilateral voluntária acarretará no pagamento de indenização à outra parte, nas condições estipuladas no contrato. O montante reconhecido em conformidade com o IFRS 16 (CPC 06 (R2)), encontra-se detalhado na nota 11. 19. Depósitos judiciais e fiscais e provisões para ações judiciais e obrigações fiscais: Em 31/12/2021 e 2020, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, as provisões para ações judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas registradas na rubrica "Provisões judiciais" no passivo circulante e não circulante e as obrigações fiscais, registradas na rubrica "Obrigações a pagar", no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir: 19.1. Depósitos judiciais e fiscais:							
Descrição	Saldos em 01/01/2020	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldos em 31/12/2020		
Fiscais:							
COFINS (b)							
PIS							
CSLL (a)							
Previdenciárias:							
INSS							
Trabalhistas e cíveis:							
Ações trabalhistas							
Ações cíveis							
Total							
Não circulante							
(a) Variação decorrente da conversão em renda do processo em que se discutia a majoração da alíquota da CSLL, conforme nota 19.3; e (b) Variação decorrente de depósito realizado após intimação no processo em que se discute a COFINS sobre receitas financeiras, conforme nota 19.3. 19.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:							
Descrição	Saldos em 01/01/2020	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldos em 31/12/2020		
Cíveis e trabalhistas:							
Cíveis	31.262	10.820	3.234	(10.949)	34.367		
Honorários	2.837	1.152	–	(908)	3.081		
Trabalhistas	2.833	546	138	(261)	3.256		
Outros	1.778	399	105	(206)	2.076		
Subtotal	38.710	12.917	3.477	(12.324)	42.780		
Tributárias: (a)							
PIS	38	–	–	(3)	35		
COFINS	24.512	–	329	–	24.841		
CSLL	32.816	–	895	–	33.711		
INSS	87.432	–	1.214	–	88.646		
Honorários	395	–	14	(81)	328		
Subtotal	145.193	–	2.452	(84)	147.561		
Total	183.903	12.917	5.929	(12.408)	190.341		
Circulante							
Não circulante							

continuação

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

Descrição	2021			2020		
	Prêmios ganhos	Sinistra- lidade	Comissio- namento	Prêmios ganhos	Sinistra- lidade	Comissio- namento
Vida (a)	310.678	120,90%	21,40%	267.799	82,60%	19,80%
Acidentes pessoais	153.970	30,50%	39,30%	148.706	34,10%	39,00%
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	46.696	41,00%	53,40%	23.184	29,00%	51,00%
Viagem (a)	16.626	97,20%	18,10%	15.663	39,90%	19,00%
Outros	34.589	28,50%	13,50%	31.337	35,00%	12,70%
Total	562.559			486.689		

(a) A variação refere-se, principalmente, aos impactos causados pela COVID-19, conforme nota 1.1.

21.2. Sinistros ocorridos:

Descrição	2021	2020
	Sinistros	(438.976)
Recuperação de sinistros	3	56
Varição de sinistros ocorridos mas não avisados	(27.212)	(3.618)
Despesas com benefícios	(1.729)	(3.139)
Total (a)	(467.914)	(296.282)

(a) A variação refere-se, principalmente, aos impactos causados pela COVID-19, conforme nota 1.1.

21.3. Custos de aquisição:

Descrição	2021	2020
	Sobre prêmios diretos e cosseguros aceitos	(185.845)
Sobre prêmios diretos e cosseguros aceitos cancelados e restituídos	41.408	21.308
Sobre agenciamento	(5.765)	(2.149)
Outros custos de comercialização	(5.246)	(4.493)
Varição de custos de aquisição diferidos	(4.253)	21.992
Total	(159.701)	(129.955)

21.4. Outras receitas e despesas operacionais:

Descrição	2021	2020
	Despesas com operações de seguros	(2.929)
Constituição/(reversão) de provisão para ações judiciais cíveis e outras operações de seguros	(6.013)	(3.351)
Despesas com pró-labore	(19.331)	(18.606)
Reversão/(constituição) da provisão para riscos de crédito	(5.875)	(1.256)
Despesas com administração de seguros e resseguros	(9.811)	(7.159)
Outras despesas e receitas operacionais	(3.476)	(3.454)
Total	(47.435)	(40.189)

21.5. Resultado com resseguro:

Descrição	2021	2020
	Operações de seguros	
Receita com resseguro		
Indenizações e despesas com sinistros de resseguros	28.865	27.131
Varição da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	2	1.934
Total	28.867	29.065
Despesa com resseguro		
Prêmios de resseguros	(16.818)	(10.364)
Varição das provisões técnicas de resseguros	581	832
Total	(16.237)	(9.532)
Outros resultados com resseguro		
Outros resultados com resseguro	2	-
Total	2	-
Resultado líquido na operação de resseguro em seguro	12.632	19.533
Despesa com resseguro		
Contribuições	(416)	(438)
Total	(416)	(438)
Resultado líquido na operação de resseguro em previdência complementar	(416)	(438)

21.6. Receitas de contribuições e prêmios de VGBL:

Descrição	2021	2020
	Rendas de contribuições e prêmios	
Prêmios diretos - VGBL e VRGP	449.835	528.736
Planos de renda - aposentadoria - capitalização	24.247	23.742
Planos de contribuição variável	243.990	276.641
Subtotal	718.072	829.119
(Constituição) / reversão da provisão de benefícios a conceder		
Prêmios diretos - VGBL e VRGP	(445.127)	(523.187)
Planos de renda - aposentadoria - capitalização	17.025	3.023
Planos de contribuição variável	(220.254)	(247.390)
Subtotal	(648.356)	(767.554)
Total	69.716	61.565

21.7. Variações de outras provisões técnicas:

Em 31/12/2021, o saldo da rubrica "Variações de outras provisões técnicas" no montante de R\$182.674 (R\$79.001 em 2020) refere-se, principalmente, a constituição de PCC (vide nota 3.9).

21.8. Despesas administrativas:

Descrição	2021	2020
	Pessoal próprio	(63.321)
Incentivo de ações (a)	(224)	(137)
Serviço de terceiros	(45.841)	(80.964)
Localização e funcionamento	(11.069)	(7.458)
Publicidade e propaganda	(5.205)	(1.206)
Outras despesas administrativas	(1.118)	(1.188)
Total	(126.778)	(130.037)

(a) Valor de incentivo de ações (stock options), conforme nota 17.2.

Os benefícios aos funcionários, incluídos na rubrica "Pessoal próprio", estão representados de forma detalhada na tabela a seguir (não inclui honorários da diretoria):

Descrição	2021	2020
	Remunerações	(38.036)
Encargos sociais	(11.875)	(7.452)
Indenizações e rescisões	187	(1.405)
Vale alimentação, refeição e transporte	(7.118)	(3.699)
Seguro de vida, saúde e odontológico	(4.053)	(1.088)
Previdência privada	(343)	(306)
Outros benefícios	(544)	(367)
Total	(61.782)	(37.785)

Conselho de Administração: Presidente: Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas. **Conselheiro:** Carlos Infante Santos de Castro; e Jorge Augusto Hirs Saab (independente); e Pierre Claude Perrenoud (independente).
Diretoria: Diretor Presidente: Ricardo Bottas Dourado dos Santos. **Diretores Vice-Presidente:** Marcelo Pimentel Mello; Marco Antonio Antunes da Silva; Patrícia Quírico Coimbra. **Diretores (as):** Alessandra Maia Marinho Basile; Alessandro Vicente Cogliatti; Alexandre Putini; Fabiane Reschke; Gustavo Kohn Giometti; Laenio Pereira dos Santos; Luciano Macedo de Lima; Marcelo Suman Mascaretti; Marcio Pereira de Souza; Reinaldo Amorim Lopes; Simone Cesena Duarte; Solange Zaquem Thompson Motta; e Victor Bernardes. **Contadora:** Flavia Vieira Pereira - CRC - RJ 094933/O-3. **Atuária:** Manuelle Maggessi Garcez - MIBA/MTPS/2244.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021

I. O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia") no âmbito de suas atribuições, relativamente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, até a presente data: • Apreciou os relatórios da Ouvidoria da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; • Monitorou e avaliou as exposições a riscos da Companhia, bem como a qualidade e integridade do seu programa de gestão de riscos operacionais e corporativos, não tendo identificado falhas que pudessem vir a colocar em risco esse sistema e/ou causar eventuais impactos nos negócios da Companhia. O Comitê concluiu, portanto, que o sistema de gestão de riscos é adequado às necessidades da Companhia, bem como atende à legislação vigente; • Revisou, previamente

à sua divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação e envio à SUSEP; • Com relação à auditoria contábil independente e à auditoria contábil interna, o Comitê tomou conhecimento dos trabalhos executados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e concluiu que as auditorias cumpriram de forma satisfatória com o escopo dos trabalhos, bem como observaram os dispositivos legais e normativos aplicáveis; • Avaliou e monitorou o sistema de controles internos da Companhia, não tendo identificado falhas que pudessem vir a colocar em risco a eficácia desse sistema e/ou causar eventuais impactos nos

negócios da Companhia. O Comitê concluiu, portanto, que o referido sistema é adequado às necessidades da Companhia, bem como atende à legislação vigente; e • Reuniu-se com o Presidente da Companhia, com os sócios responsáveis pela empresa de auditoria contábil independente e com o Diretor responsável pela área de auditoria interna, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das suas recomendações pela Administração da Companhia. II. O Comitê não identificou a existência ou evidência de erros ou fraudes de que trata o art. 141 da Resolução CNSP nº 432/2021. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2022.

Domingos Carelli Netto	Jorge Augusto Hirs Saab	Jorge Roberto Manoel
Presidente	Membro	Membro

Parecer dos Atuários Auditores Independentes

Aos Acionistas e Administradores da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. Rio de Janeiro - RJ. CNPJ: 01.704.513/0001-46. Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Companhia, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Companhia auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos

selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Companhia são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos de Sinistros e Benefícios (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Companhia um plano de ação para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente. São Paulo, 22 de fevereiro de 2022. ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57 - CNPJ 03.801.998/0001-11; Ricardo Pacheco - Atuário - MIBA 2.679. Endereço: Av.: Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - SP Corporate Tower Torre Norte andar 6 conj 61, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-907, São Paulo.

Anexo ao Parecer dos Atuários Auditores Independentes: (A publicação desse Anexo, juntamente com as Demonstrações Contábeis, é facultativa)

Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial em 31/12/2021:

Provisões Técnicas	Em Milhares de R\$
Provisão de Prêmios Não Ganhos	148.463
Provisão matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)	8.056.254
Provisão matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)	824.714
Provisão de Excedentes Financeiros	648
Provisão de Sinistros a Liquidar	253.483
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	88.489
Provisão de Despesas Relacionadas	25.470
Provisão Complementar de Cobertura	95.035
Total de Provisões Técnicas	9.492.556

Redutores da Cobertura Financeira das Provisões Técnicas

Redutores da Cobertura Financeira das Provisões Técnicas	Em Milhares de R\$
Direitos Creditórios	31.458
Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG	-
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PPNG	-
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PSL	10.212
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de IBNR	1.289
Ativos de Resseguro Redutores de PDR	276
Depósitos Judiciais Redutores	18.446
Total de Valores Redutores de Provisões Técnicas	61.681

Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido

Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido	Em R\$ Milhares
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	555.421
Capital Base (b)	15.000
Capital de Risco - Subscrição (c)	248.177
Capital de Risco - Crédito (d)	20.257
Capital de Risco - Operacional (e)	7.600
Capital de Risco - Mercado (f)	189.144
Redução por Correlação dos Riscos (g)	(99.539)
Capital de Risco (h) = (c)+(d)+(e)+(f) -(g)	365.639
Capital Mínimo Requerido (i) = Maior entre (b) e (h)	365.639
Suficiência do PLA (a) - (i)	189.782

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

À Diretoria e Conselho de Administração da **Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A.** **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. **Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas:** Conforme divulgado na nota explicativa nº 16, em 31 de dezembro de 2021, o saldo das provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros e planos de previdência firmados pela Companhia era de R\$9.492.556 mil. Além da relevância dos valores envolvidos, a estimativa do valor de determinadas provisões envolve julgamento profissional por parte da diretoria na definição da metodologia e premissas tais como: expectativa de longevidade, taxa de cancelamento, comportamento do participante na entrada em aposentadoria, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxa de desconto, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas foi considerada o principal assunto de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros ocorridos mas não avisados, provisão matemática de benefícios concedidos e ao teste de adequação de passivos. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e de planos de previdência firmados pela Companhia; (ii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (iv) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; e (v) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,

inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor fixado pelo auditor, inferior ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de

que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Roberto Martorelli
Sócio
Contador CRC-1RJ106103/O-0
Marcelo Felipe L. de Sá
Sócio
Contador CRC-1RJ094644/O-0



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B9B7-31BF-CB50-FBA5> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B9B7-31BF-CB50-FBA5



Hash do Documento

DD7DB2B7959E8907B733EF72966B5B0CD007C215B8C3CFF00D11859F164171F7

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/02/2022 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em
23/02/2022 22:38 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

